

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
CIÊNCIAS SOCIOAMBIENTAIS

Pedro Mota Belisário Chaves

**As Trilhas da Serra do Cipó: um estudo de caso sobre o
Projeto Travessia do Parque Nacional da Serra do Cipó**

Belo Horizonte

2017

Pedro Mota Belisário Chaves

As Trilhas da Serra do Cipó: um estudo de caso sobre o Projeto Travessia
do Parque Nacional da Serra do Cipó

Monografia apresentada ao curso de graduação em
Ciências Socioambientais da Faculdade de
Filosofia e Ciências Humanas da Universidade
Federal de Minas Gerais como requisito parcial
para a obtenção do Título de Bacharel em Ciências
Socioambientais.

Orientador: Bernardo Machado Gontijo

Belo Horizonte

2017



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
CURSO DE CIÊNCIAS SOCIOAMBIENTAIS

ATA DE DEFESA DE MONOGRAFIA

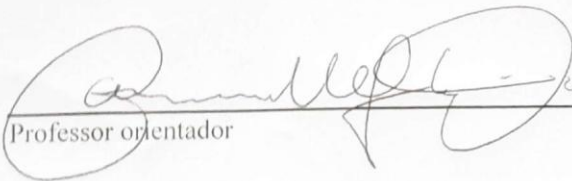
ANO	SEMESTRE
2016	2º

Aos SEIS dias do mês de FEVEREIRO do ano de DOIS MIL E DEZESSETE reuniu-se a banca examinadora composta pelo professor BERNARDO MACHADO GONTIJO – Orientador, do departamento de GEOGRAFIA/UFGM e pela professora ANA BEATRIZ VIANNA MENDES, do departamento de ANTROPOLOGIA E ARQUEOLOGIA/UFGM, para examinar a Monografia do curso de Graduação em Ciências Socioambientais (Bacharelado) intitulada “*As trilhas da Serra do Cipó: um estudo de caso sobre o Projeto Travessia do Parque Nacional da Serra do Cipó.*” do aluno PEDRO MOTA BELISÁRIO CHAVES, Matrícula nº 2010062285.

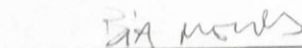
Procedeu-se à arguição, finda a qual os membros da banca reuniram-se para deliberar, decidindo por unanimidade pela aprovação da Monografia com a nota 87, conceito B.

Para constar foi lavrada a presente ata, que vai datada e assinada pelos examinadores.

Belo Horizonte, 06 de fevereiro de 2017.



Professor orientador



Professora convidada

Agradecimentos

Primeiramente agradeço à minha família, especialmente, aos meus pais, João e Elizabeth, meu irmão Raphael e ao meu avô José Belizário e minhas avós, Zélia e Joanita, por todo o meu desenvolvimento pessoal. Sem o seu apoio nada disso teria sido possível.

Agradeço também aos meus primos, que ao longo da vida se tornaram grandes amigos, e cujas companhias foram fundamentais para o conhecimento e o amor que sinto pela área de estudo deste trabalho, a Serra do Cipó.

Agradeço à Universidade Federal de Minas Gerais e seus professores pela criação do curso de Ciências Socioambientais que me permitiu tantas experiências e aprendizados maravilhosos. Agradeço também a todos os alunos deste curso, por toda a luta para enfrentar as dificuldades de um curso novo, principalmente aos que se tornaram meus amigos ao longo desta jornada.

Agradeço ao Prof. Bernardo Machado Gontijo que me acompanhou e orientou durante o longo percurso que foi a construção deste trabalho. Agradeço por todo o conhecimento transmitido e pelas diversas conversas.

Agradecimento especial à Pati por todo o carinho e amor, e principalmente pela paciência e disposição em me ajudar neste último trabalho de faculdade. Suas contribuições foram fundamentais.

Agradeço aos amigos Leonardo e Padoan, pelas trocas de ideias e experiências sobre nossas pesquisas. Nossas conversas foram muito motivadoras.

Agradeço à gestão do ICMBio e a todos os voluntários por todas as contribuições e empenho no desenvolvimento do Projeto Travessia, que foi fundamental para esta pesquisa.

Agradeço aos amigos que me acompanham desde os tempos da escola. Obrigado por todos os momentos de alegria que compartilhamos nestes vários anos que passamos juntos.

A todos que contribuíram de alguma forma com este trabalho e com a travessia que foi o curso de Ciências Socioambientais, deixo aqui o meu sincero agradecimento.

Resumo

A Serra do Cipó é uma região de exuberante beleza e riquíssima diversidade biológica, características estas que levaram à criação de uma unidade de conservação na década de 1980, o Parque Nacional da Serra do Cipó. Durante os séculos XIX e XX esta mesma região foi uma rota de escoamento da produção mineral da região de Diamantina e palco de intenso trânsito comercial entre as fazendas instaladas na região. A partir de meados do século XX a Serra do Cipó viu a atividade turística crescer rapidamente e, neste contexto, as trilhas, outrora usadas no transporte de mercadorias, assumiram um importante papel no desenvolvimento do turismo na região. Esta pesquisa tem por objetivo compreender como e por quem as trilhas da região da Serra do Cipó eram usadas e como esta relação se alterou com a criação da unidade de conservação na década de 1980 e, também, como a gestão desta unidade pretende lidar com seu território no tocante ao uso das trilhas. Para tanto lançaremos mão de pesquisa bibliográfica e documental para entender a relação pretérita da população com as trilhas e, por fim, apresentaremos um estudo de caso sobre o Projeto Travessia do Parque Nacional da Serra do Cipó que pretende estruturar as trilhas de longa duração na unidade. Os resultados apontam que as alterações nos usos destas trilhas, a partir da criação da unidade de conservação foram acontecendo de forma gradual, atendendo cada vez mais às demandas dos visitantes da região. Além disso, apontaremos para o quadro atual que indica o propósito do Projeto Travessia de criar um novo atrativo turístico na Serra do Cipó.

PALAVRAS-CHAVE: Serra do Cipó, Travessias, Unidades de Conservação, Trilhas

Abstract

Serra do Cipó is a region of exuberant beauty and abundant biodiversity, features that have lead to the creation of a protected area in the 80's, the Serra do Cipó National Park. During the XIX and XX century this same region was an outflow route of mineral production of Diamantina region and scene of intense commercial trade between the farms located in the region. From the middle of the XX century, Serra do Cipó experienced the touristic activity rise rapidly and, in this context, the trails, formerly used in the transportation of goods, have taken on an important role on the development of tourism in the region. This research aims to understand how and by whom the trails from Serra do Cipó region were used and how this relation changed with the creation of a protected area in the 80's and, also, how the management of this protected area intends to administer its territory regarding the use of these trails. For this purpose, we will use bibliographic and documentary research to understand the past relation between the habitants and the trails and, finally, we will present a case study regarding the 'Projeto Travessia' of Serra do Cipó National Park which intends to structure the long-distance trails on the area. The results indicates that the changes in the uses of these trails, from the creation of the protected area, happened in a gradual manner, addressing increasingly the needs of the visitors. Furthermore, we will point out the current scenario that indicates the purpose of the 'Projeto Travessia' of creating a new tourist attraction in Serra do Cipó region.

KEY WORDS: Serra do Cipó, Long-distance Trails, Protected Areas, Trails

Lista de Siglas e Abreviaturas

UC	Unidade de Conservação
IBAMA	Instituto Brasileiro de Meio Ambiente
ICMBio	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
PARNA Cipó	Parque Nacional da Serra do Cipó
APAMP	Área de Proteção Ambiental Morro da Pedreira
CETEC	Fundação Centro Tecnológico de Minas Gerais
IBDF	Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal
NPS	<i>National Park Service</i>
SEMA	Secretaria Especial do Meio Ambiente
SNUC	Sistema Nacional de Unidades de Conservação
MMA	Ministério do Meio Ambiente
PAE	Plano de Ação Emergencial

Lista de Figuras

Figura 1: Mapa hipsométrico da Serra do Espinhaço Meridional	17
Figura 2: Localização do Distrito Serra do Cipó	18
Figura 3: Localização da APA Morro da Pedreira	21
Figura 4: Localização do PARNA Cipó	23
Figura 5: Localização dos atrativos do PARNA Cipó.....	48
Figura 6: Mapa do zoneamento do PARNA Cipó. Fonte: ICMBio (2009).....	50
Figura 7: Mapa da proposta inicial de trilha de longa duração no PARNA Cipó	53
Figura 8: Mapa da proposta atual do Projeto Travessia do PARNA Cipó	56
Figura 9: Abrigo da Casa de Tábuas (A) e Vista parcial do Travessão (B). Foto: Marcelo Kelles.....	59
Figura 10: Abrigo dos Currais na Travessia inaugural do Projeto Piloto (A) e espécime de <i>Vellozia gigantea</i> no trecho entre a Casa de Tábuas e os Currais (B). Foto: Rafael Sanchez.....	60
Figura 11: Ruínas da casa do Juventino (A) e abrigo selvagem do Tatinha (B). Foto: Pedro Mota (A) e Thiago Carvalho (B).....	61
Figura 12: Cachoeira das Braúnas (A) e vista dos alicerces da antiga ponte sobre o ribeirão Bandeirinha (B). Foto: Marcelo Kelles (A) e Humberto Honda (B)	61
Figura 13: Vista do vale da Lagoa Dourada (A) e cachoeira da Lagoa Dourada (B). Foto: Heitor Motta.....	62
Figura 14: Campos rupestres nas proximidades do abrigo Tatinha (A); bolsões de mata vistos do trecho entre a Casa de Tábuas e os Currais (B); trecho no interior de um destes bolsões de mata próximo aos Currais (C); vegetação típica de cerrado na Trilha das Bandeirinhas (D). Foto: Thiago Carvalho (A), Rafael Sanchez (B), Marcelo Kelles (C) e Pedro Mota (D).....	63

SUMÁRIO

1	Introdução.....	10
2	Metodologia.....	13
3	Contextualização Regional e Local	15
3.1	Caracterização regional e local da Serra do Cipó	15
3.1.1	Espinhaço Meridional.....	15
3.1.2	Distrito de Serra do Cipó.....	18
3.1.3	APA Morro da Pedreira.....	20
3.1.4	PARNA Serra do Cipó	22
3.2	Contextualização Histórica	24
4	Referencial teórico.....	29
4.1	Histórico das políticas ambientais no âmbito internacional e nacional	29
4.2	Uso público em Unidades de Conservação.....	34
4.3	Diferentes visões acerca do turismo	38
5	Estudo de caso	41
5.1	A rede de trilhas na região do PARNÁ Cipó: Arranjos e antecedentes históricos.....	41
5.2	A proposta da trilha concebida pelo ICMBio	51
6	Considerações Finais.	64
7	Referências Bibliográficas.....	66

1 INTRODUÇÃO

O termo “Serra do Cipó” não pode ser definido de uma maneira clara, podendo se referir a contextos muito distintos, como um distrito, uma região, um Parque Nacional, ou tantas outras representações possíveis (BRAGA et al 2015). Nada mais justo para nomear uma região tão deslumbrante e com paisagens tão diversas quanto esta. Em outras palavras, o nome dado a esta região pode assumir representações tão diversas quanto os fascínios que ela pode exercer sobre os visitantes e moradores que, a cada visita, ou a cada olhar, podem ser surpreendidos por uma paisagem ou por um sentimento diferente. Não importa quantas vezes a Serra do Cipó seja visitada, sempre haverá lugares a serem descobertos, vislumbrados e apreciados (GONTIJO 2003).

Sendo uma das principais formas utilizadas para se conhecer a região, as trilhas assumiram um importante papel no crescimento da Serra do Cipó impulsionado pelo turismo nos últimos anos do século XX. Mas mais do que isso, as trilhas que cortam a Serra do Cipó eram a principal, senão a única, forma de se deslocar na região, muito em função do isolamento geográfico criado pela escassez de acessos, sendo que estes, quando existentes, muitas vezes encontravam-se em condições precárias. Como veremos neste trabalho, não são incomuns os relatos de moradores que atravessavam as serras a pé ou a cavalo, utilizando destes meios para conseguir mercadorias e produtos ou simplesmente para visitar parentes e amigos.

Já em um contexto mais atual, após o boom turístico da Serra do Cipó estimulado pelo asfaltamento da rodovia MG-010, primeiro até o antigo distrito de Cardeal Mota, hoje Serra do Cipó, que ocorreu nos anos 1980, e depois no trecho até Conceição do Mato Dentro, as trilhas passaram a desempenhar outro tipo de papel. Cada vez menos necessárias às locomoções básicas das populações locais, mesmo que muitos ainda as utilizem para estes fins, as trilhas passaram a receber mais atenção por parte dos turistas que visitam a região e consequentemente por parte dos gestores das recém-criadas Unidades de Conservação (UCs).

Neste trabalho procuraremos abordar como se dava a utilização das trilhas que cruzam as serras da região, e como essa utilização se alterou ao longo dos anos, principalmente após a criação de sua primeira UC na década de 1970. A partir desta abordagem surgiram alguns questionamentos: Como as trilhas eram usadas pelas populações locais? O que mudou nesta relação após a criação do Parque, então Estadual, da Serra do Cipó na década de 1970? Como as trilhas passaram a ser

utilizadas após a criação da UC, e qual a ideia de uso destas trilhas pretendida pela gestão? E atualmente, como a gestão da UC espera que elas sejam utilizadas e por quem?

Para o desenvolvimento desta pesquisa lançaremos mão de pesquisa bibliográfica para o levantamento do que já foi pesquisado na região da Serra do Cipó com o objetivo de compreender a situação atual e pretérita da região no que tange às políticas de preservação ambiental e à influência do turismo no desenvolvimento local. Compondo o pano de fundo da pesquisa também procuraremos contextualizar a situação local no âmbito das UCs e no uso público das mesmas, buscando ainda realizar uma interface com as principais ideias no tocante ao turismo na natureza.

Para compreender como as trilhas eram usadas em tempos de outrora, buscaremos relatos de viajantes e naturalistas que passaram pela região, bem como relatos de moradores, que também auxiliarão na compreensão de como a relação com as trilhas foi alterada com a criação do Parque Nacional da Serra do Cipó (PARNA Cipó). Neste ponto a pesquisa documental nos ajudará a entender como a gestão da UC esperava administrar o uso das trilhas e o acesso ao Parque. Por último, utilizaremos de um estudo de caso sobre o Projeto Travessia para entender, em um contexto atual, como a gestão do PARN Cipó procura administrar as trilhas e quais mudanças ocorreram na UC no que tange o seu uso público.

Este trabalho se estrutura em quatro capítulos. No primeiro será apresentada a região de estudo. Como vimos anteriormente, a Serra do Cipó não pode ser claramente definida, portanto no primeiro capítulo faremos uma breve exposição acerca das principais concepções que este termo pode representar, bem como dos processos que culminaram na criação das UCs existentes na área.

No segundo capítulo realizaremos uma discussão teórica sobre o histórico das áreas protegidas no Brasil e no mundo, além da questão do uso público nas UCs do Brasil. Abordaremos também as principais visões acerca do turismo na natureza e suas diferentes definições.

O terceiro capítulo será dedicado ao estudo de caso do Projeto Travessia realizado no PARN Cipó. Neste capítulo discutiremos o uso histórico das trilhas que cortam a Serra do Cipó bem como sua função social. Em seguida veremos como a lógica destas trilhas foi sendo alterada ao longo dos anos, culminando na criação do Projeto Travessia que pretende criar uma trilha de longa duração como um atrativo turístico no PARN Cipó.

No quarto capítulo serão apresentados os resultados da pesquisa, no qual veremos os desdobramentos relacionados às mudanças na apropriação do espaço na região da Serra do Cipó. E, por fim, serão expostas algumas considerações finais acerca do caso estudado.

2 METODOLOGIA

A metodologia adotada nesta pesquisa foi baseada em três momentos: a pesquisa bibliográfica, a participação como voluntário do Projeto Travessia que é o objeto do estudo de caso e, por fim os trabalhos de campo ao percorrer as trilhas da Serra do Cipó.

A pesquisa bibliográfica possibilitou a composição do marco teórico e da análise sobre a área de estudo. Por se tratar de uma região muito diversa e complexa a Serra do Cipó não é facilmente delimitada, desta forma, através da pesquisa bibliográfica foi possível levantarmos as principais definições sobre o que é a Serra do Cipó. Para isso consultamos bibliografias de referência sobre a geomorfologia da região a fim de compreender a delimitação física da região considerada como Serra do Cipó. Também buscamos documentação histórica acerca da criação do município de Santana do Riacho e do distrito de Serra do Cipó, principal destino dos visitantes da região, bem como sobre a criação das duas principais unidades de conservação da região, a Área de Proteção Ambiental Morro da Pedreira e o PARNA Cipó. Por fim, a pesquisa bibliográfica permitiu o levantamento do histórico da ocupação humana da região desde os primórdios até a explosão do turismo na região nas décadas de 1980 e 1990.

Para compor o marco teórico procuramos bibliografias sobre a relação do homem com a natureza no que tange a demarcação de áreas protegidas até o ponto que culminou na criação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação no Brasil e as formas de uso público permitidas nestas áreas protegidas para compreender como esta forma de ordenamento territorial influencia a relação dos moradores da região da Serra do Cipó com as trilhas. Procuramos também pesquisar sobre as definições mais comuns para o tipo de atividade turística que se desenvolveu na região e o tipo de atividade que se espera desenvolver no PARNA Cipó.

Sobre o Projeto Travessia, minha participação como voluntário desde o início do projeto permitiu conhecer e participar de todo o planejamento com profundidade. A atuação no projeto proporcionou o contato com os outros voluntários do PARNA Cipó que, em grande parte, são profundos conhecedores das trilhas da Serra do Cipó, além do contato com os brigadistas que percorrem as serras da região frequentemente e o contato com os próprios funcionários da unidade, desde os analistas ambientais até os funcionários terceirizados. Este contato com pessoas de visões tão distintas sobre a Serra do Cipó foi muito enriquecedor e um dos grandes motivadores em realizar esta

pesquisa, buscando compreender as diferentes relações que as pessoas desenvolvem com as trilhas desta região.

Com relação ao terceiro momento da metodologia desta pesquisa, relativo aos trabalhos de campo realizados percorrendo as trilhas da Serra do Cipó, nos ateremos a quatro expedições de longa duração realizadas mais recentemente, uma vez que, de maneira geral, as trilhas da Serra do Cipó são percorridas pelo autor desde a mais tenra idade. Sendo descendente de uma família local, grande parte de minha vida foi desenvolvida na região de estudo deste trabalho, de forma que não seria possível relembrar com detalhes as incontáveis experiências vivenciadas nas serras e trilhas da Serra do Cipó.

Consideraremos como o primeiro trabalho de campo desta pesquisa a travessia inaugural do trecho Alto Palácio x Serra dos Alves aberto em forma de projeto piloto em outubro de 2015. A travessia foi realizada por voluntários do Projeto Travessia, membros da brigada de incêndio do PARNA Cipó, o Sr. Geraldinho, representante de Serra dos Alves no conselho consultivo do parque e outros interessados que se inscreveram para participar da travessia inaugural. Em termos desta pesquisa esta travessia foi muito interessante devido à diversidade dos participantes, permitindo uma troca de experiências muito rica sobre as trilhas, principalmente com o Sr. Geraldinho, usuário assíduo das mesmas.

Em fevereiro de 2016 realizamos, pela primeira vez, a Trilha Mãe (proposta de trajeto do Projeto Travessia que será explicado no capítulo 5) em sua totalidade. Este trabalho de campo foi realizado pelo autor, como voluntário do projeto, e mais quatro amigos, tendo a duração de cinco dias e quatro noites, onde foi possível conhecer a principal trilha da proposta do Projeto Travessia. O terceiro trabalho de campo foi realizado em julho de 2016, pelo autor e mais dois amigos, com um trajeto muito similar ao anterior. Realizamos a Trilha Mãe quase completa, com uma pequena variação de roteiro para diminuir em um dia a caminhada. Estas duas experiências foram muito importantes para o desenvolvimento desta pesquisa, pois permitiram adquirir um conhecimento real da forma como a gestão do PARNA Cipó espera que estas trilhas sejam utilizadas futuramente, além de permitir conhecer os atributos históricos que compõem esta travessia.

Por fim, o último trabalho de campo foi realizado em novembro de 2016, tendo companhia de apenas mais uma pessoa, em uma breve travessia pela trilha das bandeirinhas, uma das mais importantes rotas utilizadas por antigos moradores que

viviam no interior do PARNA Cipó na realização de trocas comerciais fazendo uma conexão entre as localidades das vertentes leste e oeste da Serra do Cipó.

3 CONTEXTUALIZAÇÃO REGIONAL E LOCAL

Neste capítulo faremos uma apresentação da área de estudo desde o enfoque regional até o local, bem como apresentaremos uma abordagem histórica sobre o processo de ocupação do território em estudo até os dias atuais. O primeiro tópico corresponde a uma caracterização da Serra do Cipó em seus vários sentidos, tanto em uma abordagem histórica quanto geográfica do termo. No segundo e último tópico deste capítulo faremos uma apresentação do histórico de ocupação humana da área de estudo, desde os primórdios até os dias atuais.

3.1 Caracterização regional e local da Serra do Cipó

Antes de escrever sobre a Serra do Cipó é importante entender sobre o que nos referimos quando usamos essa denominação. O termo Serra do Cipó pode ser associado a muitos significados distintos, como dito por Braga et al. (2015), este termo pode se referir a um distrito, um Parque Nacional, uma Área de Proteção Ambiental, uma cabeceira de drenagem, uma denominação regional para uma porção da Serra do Espinhaço, um Circuito Turístico, uma microbacia, dentre tantas outras possibilidades.

Uma vez que este termo pode evocar tantas representações distintas no imaginário das pessoas, dedicaremos este primeiro capítulo a situar o leitor acerca dos significados mais comuns que o termo pode representar.

3.1.1 Espinhaço Meridional

A Serra do Espinhaço foi assim nomeada pelo naturalista alemão Wilhelm Ludwig Von Eschwege devido à semelhança da mesma com uma espinha dorsal que cortaria a parte central do Estado de Minas Gerais, desde o Quadrilátero Ferrífero, seguindo para o norte até o Estado da Bahia, na Chapada Diamantina (ICMBIO, 2009). Saadi (1995, p.41) descreve a parte mineira da Serra do Espinhaço como “um conjunto de terras altas, com forma de bumerangue de direção geral norte-sul e convexidade orientada para oeste [...]”, sendo as duas ‘asas do bumerangue’ divididas por uma zona deprimida de direção SE-NW nas proximidades da cidade de Couto de Magalhães de Minas. Tal divisão separa a Serra do Espinhaço em dois compartimentos de planaltos,

comumente denominados de Serra do Espinhaço Meridional e Serra do Espinhaço Setentrional. (SAADI, 1995).

Do ponto de vista da hidrografia, a Serra do Espinhaço funciona como um divisor de águas. Do lado ocidental da Serra percorrem importantes afluentes da margem direita do rio São Francisco, e do lado oriental, suas águas compõem as bacias que deságuam no Oceano Atlântico nos estados da Bahia e Espírito Santo (SAADI, 1995). Na vertente ocidental o relevo é menos ondulado, formando rios meândricos e de águas mais calmas, sendo que as cachoeiras nessa vertente estão mais associadas à borda escarpada da Serra. Enquanto na vertente oriental o relevo é mais acidentado, sendo mais comuns as cachoeiras e os cânions (BRAGA et al. 2015).

A Serra do Espinhaço também funciona como um divisor de biomas. Na porção oeste da Serra a presença do Cerrado mineiro é marcante, e em sua porção leste, a Serra do Espinhaço funcionou como uma barreira para o avanço da Mata Atlântica no território mineiro. Entretanto, nos sopés da Serra ainda encontramos resquícios de floresta estacional semidecidual, o chamado ‘mato dentro’. Além disto, nas cotas mais elevadas do Espinhaço, dividindo os dois biomas, encontram-se os campos rupestres, caracterizados pelo grande número de endemismos (GONTIJO, 2003).

É justamente onde os biomas, Cerrado e Mata Atlântica, encontram-se mais próximos, que está localizada a porção do Espinhaço denominada de Serra do Cipó, na parte onde a Serra do Espinhaço é mais estreita no sentido E-W, e na extremidade sul da Serra do Espinhaço Meridional. A região chamada de Serra do Cipó, neste contexto, corresponde a um alinhamento montanhoso que se inicia próximo ao povoado de Altamira (Município de Nova União) e se estende até a foz do rio Cipó, próximo ao município de Santana de Pirapama, acompanhando a margem direita do rio (Figura 1). Essa região, antes conhecida como Serra da Vacaria, era usada por viajantes e tropeiros para vencer a escarpa da Serra do Espinhaço e alcançar Morro do Pilar, através da “trilha dos escravos”. Anos mais tarde, essa antiga rota ganhou forma de estrada e o acesso às cidades de Diamantina, Serro e Conceição do Mato Dentro através da Serra do Cipó se consolidou (GONTIJO, 2003).

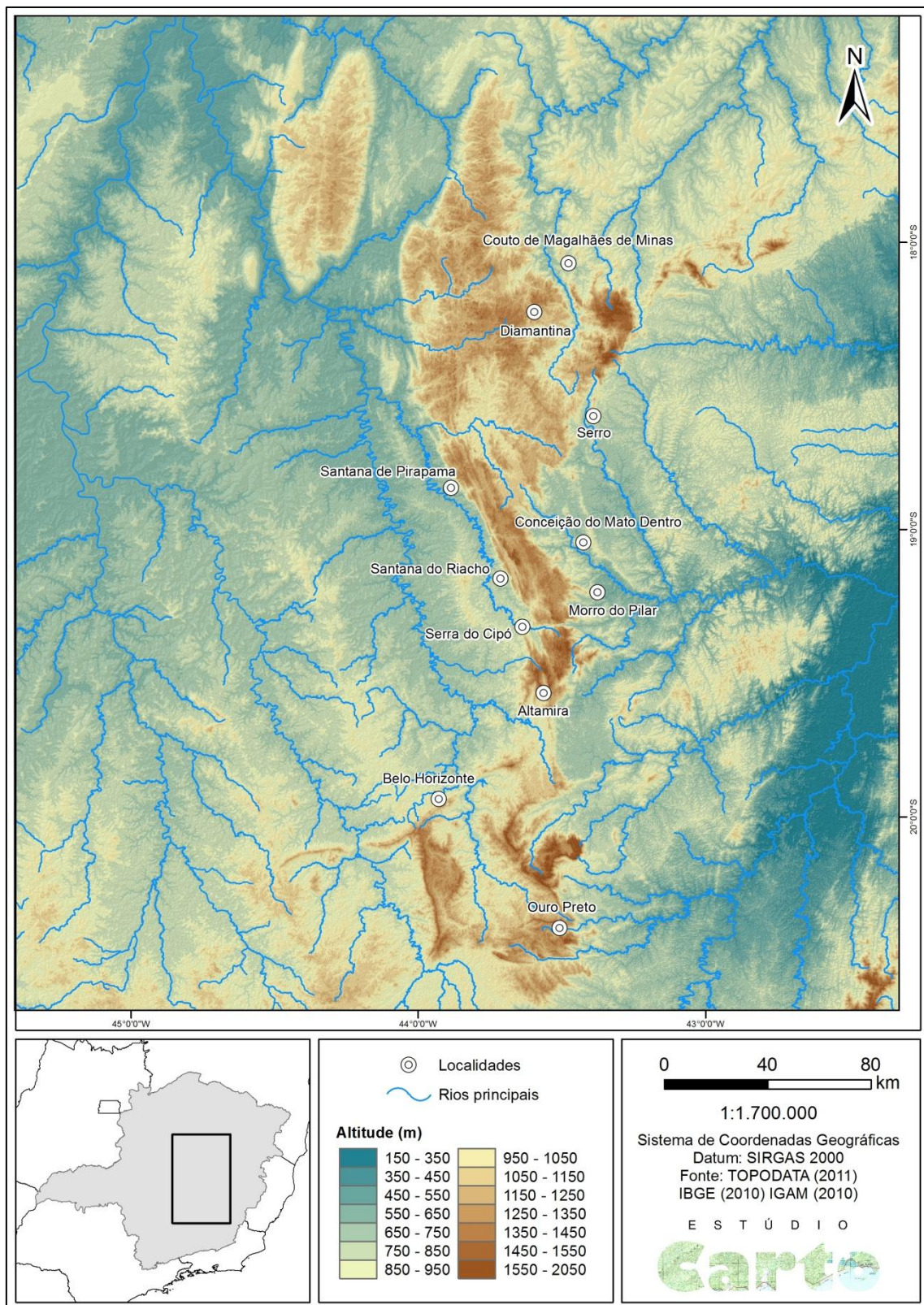


Figura 1: Mapa hipsométrico da Serra do Espinhaço Meridional

3.1.2 Distrito de Serra do Cipó

O distrito de Serra do Cipó pertence ao município de Santana do Riacho e fica a aproximadamente 100 km de Belo Horizonte, sendo acessado, a partir da capital, pela rodovia MG-10 e tem seu início marcado pela travessia da ponte sobre o rio Cipó. A criação do distrito data da emancipação de Santana do Riacho, em 1962, porém na época era conhecido como Cardeal Mota, mantendo este nome por cerca de 40 anos, quando foi alterado para Serra do Cipó pela Lei Municipal nº 336, de 12 de maio de 2003¹.

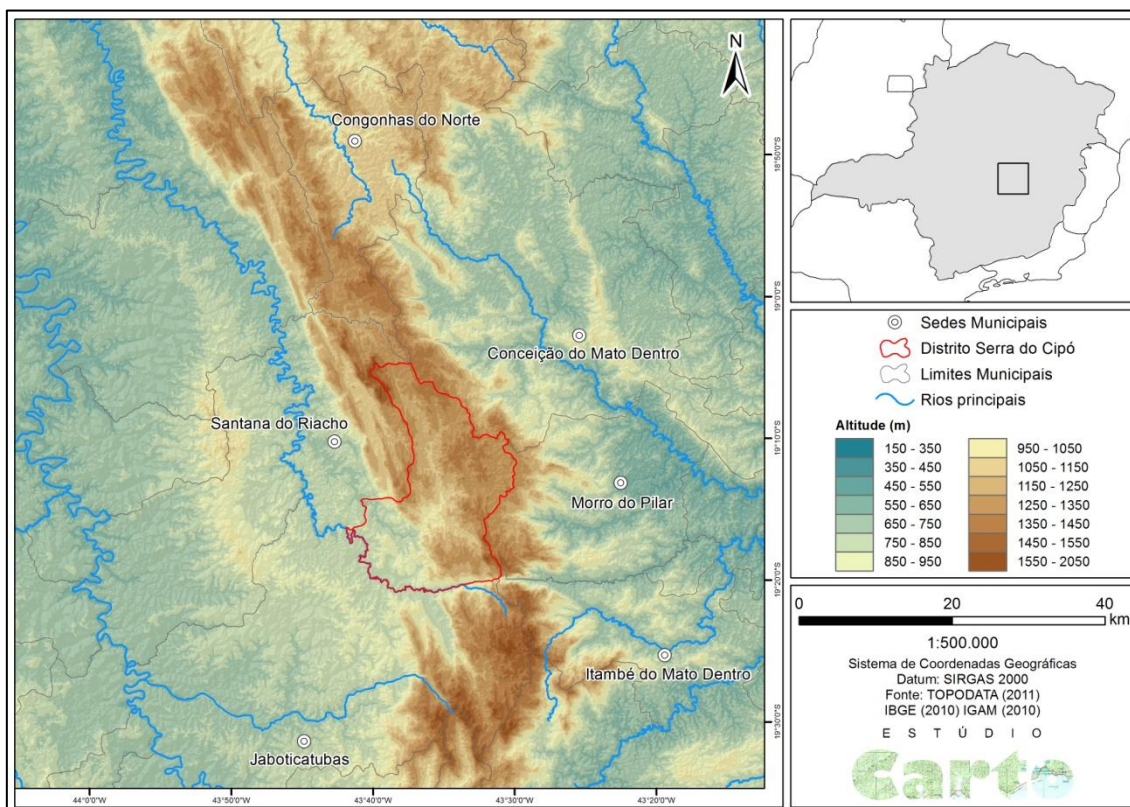


Figura 2: Localização do Distrito Serra do Cipó

Antes da emancipação, o município de Santana do Riacho pertenceu a diversos municípios da região. Inicialmente, conhecido por distrito do Riacho Fundo, pertenceu à freguesia de Conceição do Mato Dentro de 1759 a 1836, quando deixou de ser distrito e foi anexado ao território de Morro do Pilar. Em 1844 voltou a ter o título de distrito e, desta vez, pertenceria novamente a Conceição do Mato Dentro até o ano de 1911, quando passou ao município de Santa Luzia. Em 1938 o distrito do Riacho Fundo começou a fazer parte do recém-criado município de Jaboticatubas, permanecendo

¹ A Assembleia Estadual ainda não reconhece o novo nome devido à não realização de referendo popular no município.

assim até sua emancipação em 1962. Com a emancipação, Riacho Fundo alterou seu nome para Santana do Riacho e foi dividido em duas regiões administrativas, a sede municipal e o distrito de Cardeal Mota (IBGE, 2016).

Concomitantemente com todas essas mudanças no contexto político de Santana do Riacho, a região da Serra da Vacaria, que mais tarde se tornaria o distrito de Cardeal Mota, ganhava importância no cenário local como um caminho de passagem para bandeirantes, naturalistas e outros viajantes que seguiam em direção ao Espinhaço Meridional, induzindo o povoamento da localidade. Gontijo (2003) destaca três rotas que partiam de Ouro Preto seguindo pela região da Serra do Cipó para alcançar o Espinhaço Meridional, em busca de ouro e diamantes:

O primeiro (“Caminhos dos Curraes”) seguindo pela margem esquerda do rio das Velhas; o segundo (“Caminho de Dentro pelas Macaúbas”) passando pela margem direita, seguindo da região de Santa Luzia até a altura do Riacho Fundo, de onde então galgava o “Serro do Frio” e ia em direção a Gouveia, já nas proximidades do Tejuco; e o terceiro, que veio a se constituir no “caminho para o Distrito Diamantino” (Santos, 2001: 101-114), partia de Villa Rica (Ouro Preto) e, via Santa Bárbara e Cocais, atingia a ponta meridional do Espinhaço e seguia margeando-o na sua vertente leste por “Matto Dentro” (Itambé do Mato Dentro), “Morro de Antônio Soares” (Morro do Pilar) “N. Sra. da Conceição” (Conceição do Mato Dentro) e Vila do Príncipe (Serro). (GONTIJO, 2003, p.57)

Das três rotas mencionadas, duas seguiam pela vertente leste e uma pela oeste, contudo, a escarpa da Serra do Cipó permanecia como um obstáculo aos viajantes, sendo vencida apenas por algumas trilhas e caminhos de tropeiros e mercadores regionais que faziam a ligação das vertentes leste e oeste da Serra e com a cidade de Morro do Pilar através da “trilha dos escravos”. Assim, o surgimento de diversos povoamentos na região está associado à passagem de tropas e comerciantes que, com a criação de pontos de paradas induziam o estabelecimento de pequenos comércios que mais tarde se tornariam povoamentos (GONTIJO, 2003; ICMBIO, 2009).

A mudança da capital do Estado de Ouro Preto para Belo Horizonte deu mais um impulso para o crescimento do que viria a ser o distrito da Serra do Cipó. A nova capital tornou o antigo “caminho para o Distrito Diamantino” inviável para quem saísse do novo centro do governo em direção ao Espinhaço Meridional, dando mais atenção aos caminhos que seguiam pelo vale do rio das Velhas. Com isto, o antigo “caminho de Dentro pelas Macaúbas”, que seguia até o Riacho Fundo (futura Santana do Riacho), se

consolidou e, ainda no início do século XX, foi aberta uma rodovia ligando este caminho à Serra da Vacaria, facilitando o acesso ao que viria a ser o distrito de Serra do Cipó (GONTIJO, 2003).

3.1.3 APA Morro da Pedreira

Com pouco mais de 130.000 ha, a Área de Proteção Ambiental Morro da Pedreira (APAMP) foi criada em 1990, com seu território abrangendo partes dos municípios de Santana do Riacho, Itambé do Mato Dentro, Morro do Pilar, Jaboticatubas, Taquaraçu de Minas, Itabira e Nova União. Em seu território, a APAMP apresenta áreas de transição entre os biomas cerrado e mata atlântica e também uma faixa composta por campos rupestres. Além dos objetivos gerais de uma APA, como disciplinar a ocupação do solo e proteger a biodiversidade, a APAMP também funciona como uma zona de amortecimento para o Parque Nacional da Serra do Cipó, uma vez que está localizada ao redor do mesmo.

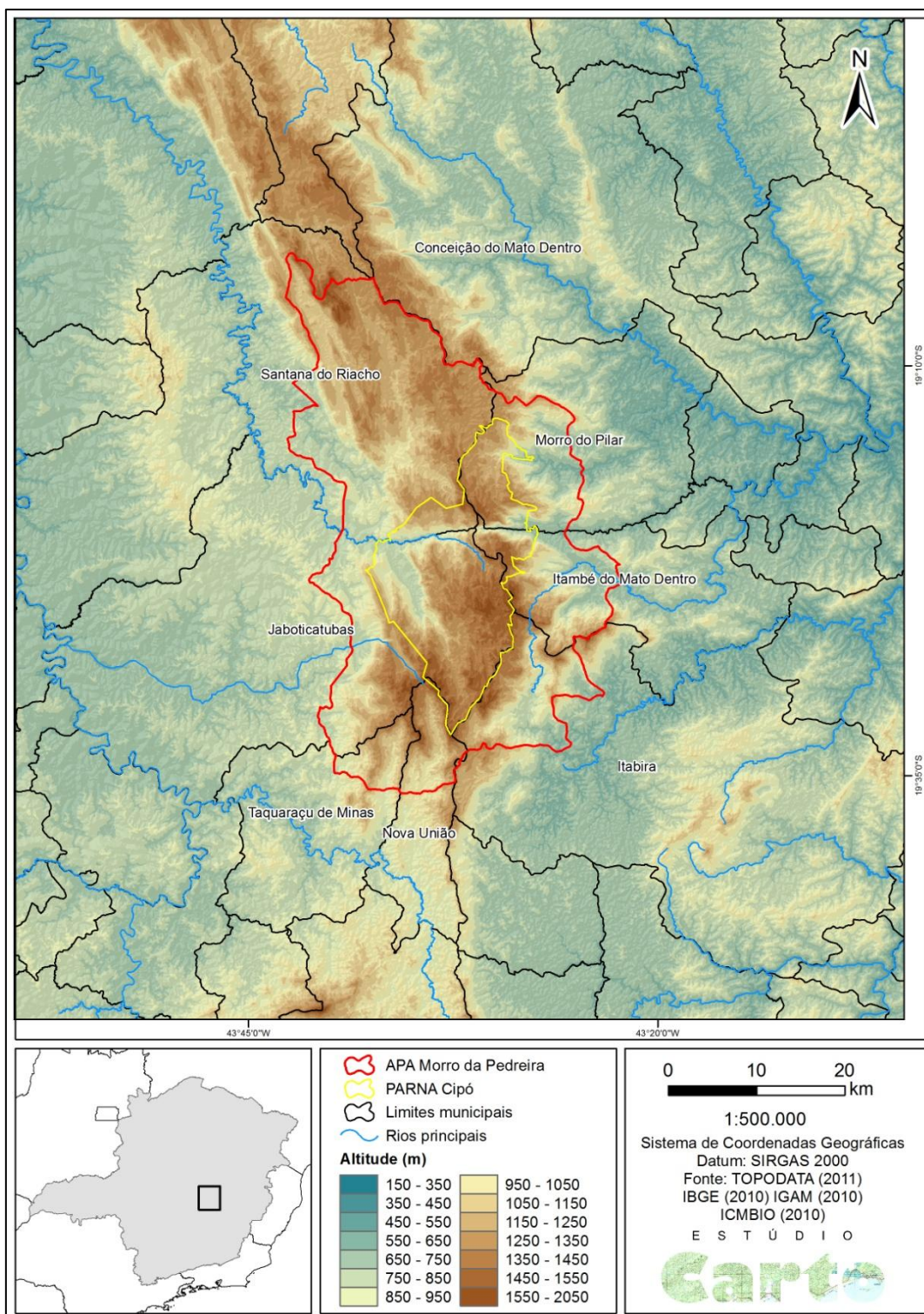


Figura 3: Localização da APA Morro da Pedreira

Diferente de grande parte das UCs, a criação da APAMP partiu de uma mobilização social surgida no final da década de 1980 com o objetivo de proteger o afloramento rochoso que dá nome à unidade. Ainda na década de 1980, a empresa Mármore e Granitos do Brasil S.A. pretendia retomar a exploração mineral no Morro da Pedreira e, com isso, um grupo de escaladores e espeleólogos de Minas Gerais e do

Rio de Janeiro se mobilizaram para proteger o afloramento. O grupo procurou apoio em diversos setores, como ONGs ligadas ao meio ambiente, políticos, clubes de excursionistas e grupos científicos, mas ainda faltava dar maior visibilidade ao movimento. A partir daí surgiu a ideia de organizar um “abraço” ao Morro da Pedreira (SANCHO, 2016).

O “abraço” foi organizado para março de 1989, contando com a participação de caravanas do Rio de Janeiro e Belo Horizonte e também com turistas que se encontravam nas proximidades do local. Apesar da participação de cerca de 500 pessoas, a repercussão do movimento na mídia não foi como esperada e um segundo “abraço” foi organizado, acontecendo em novembro do mesmo ano. Nesta ocasião um número maior de pessoas participou, incluindo a mídia nacional, o superintendente do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente (IBAMA) na época Prof. Célio Valle, e o candidato à presidência Fernando Gabeira. Com esse “abraço” simbólico o movimento ganhou notoriedade em nível nacional, sendo reportado em programas de rede nacional, como o Fantástico e o Jornal Nacional (SANCHO, 2016).

Com a mobilização em prol da conservação do Morro da Pedreira ganhando repercussão, técnicos do IBAMA fizeram um relatório abordando a importância do local e adicionando também outros dois argumentos favoráveis à criação de uma unidade de conservação. Primeiramente adicionaram porções de campo rupestre à proposta de criação da UC, uma vez que o número de espécies endêmicas e a importância dessa formação vegetal são muito elevados. O outro argumento foi o caráter de zona de amortecimento do PARNA Cipó que a nova UC poderia desempenhar ao ser criada envolvendo o parque em sua totalidade (SANCHO, 2016).

Desta forma, pelo Decreto nº 98.891 de 26 de janeiro de 1990, foi criada a APAMP, localizada em torno do PARNA Cipó e abrangendo uma área imensamente maior do que a do afloramento rochoso responsável por toda a mobilização social que culminou em sua criação.

3.1.4 PARNA Serra do Cipó

O PARNA Cipó foi criado pelo Decreto nº 90.223 de 25 de setembro de 1984 nos municípios de Itambé do Mato Dentro, Morro do Pilar, Jaboticatubas e Santana do Riacho com uma área de 33.800 ha. Sua criação foi motivada pelo apelo de ambientalistas interessados, principalmente, na importância da flora da região. Importância esta já registrada ainda na década de 1950 pelo paisagista Burle Marx

quando deu o título de “Jardim do Brasil” à Serra do Cipó. Outros aspectos também motivaram o interesse em se proteger esta região, como a bacia do rio Cipó formada por rios de águas cristalinas e de excelente balneabilidade, além das inúmeras paisagens formadas pela diversidade geológica, pelo relevo acidentado e pela diversidade fitofisionômica, composta por áreas de mata estacional semidecidual, cerrados e campos rupestres (ICMBIO, 2009).

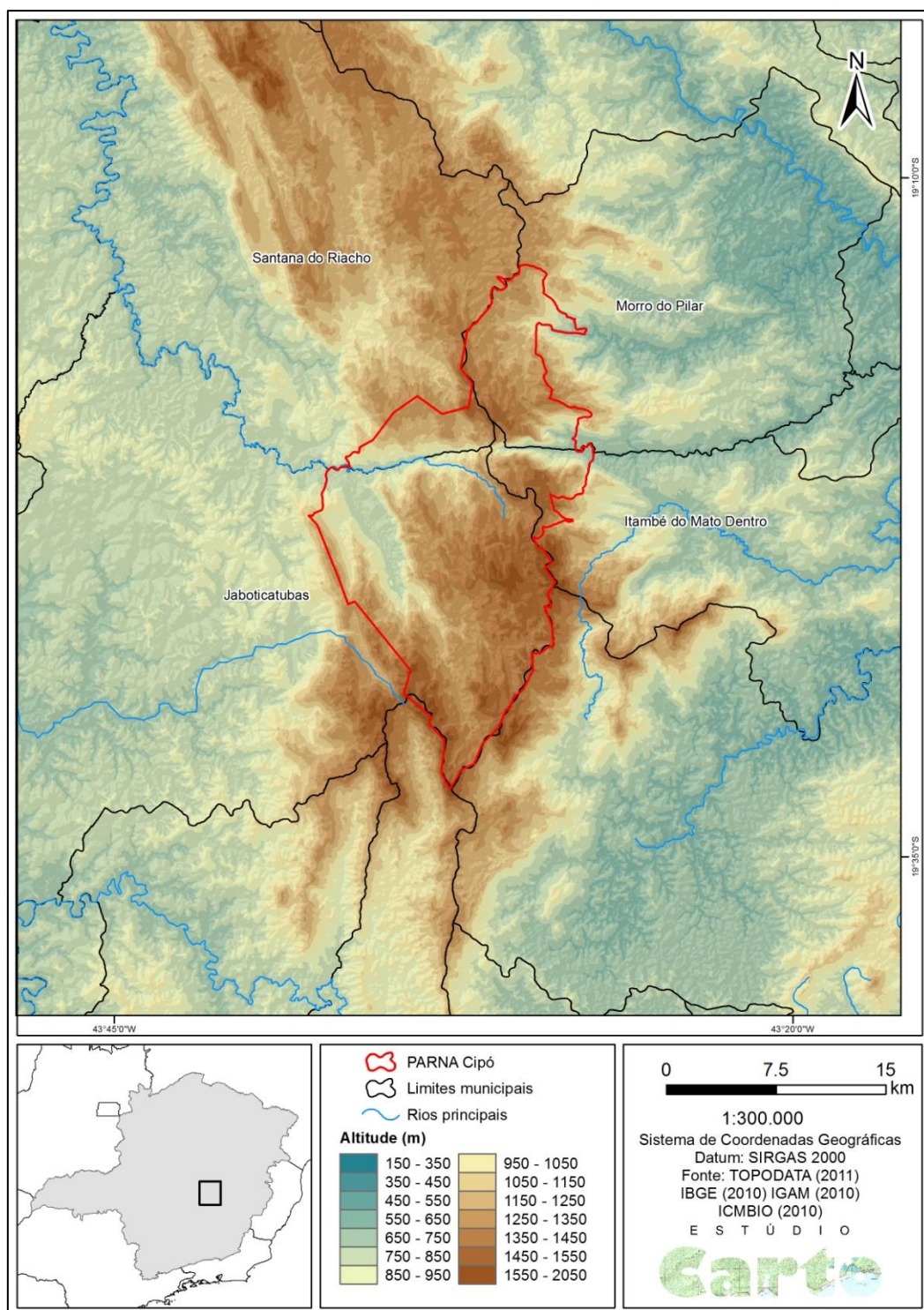


Figura 4: Localização do PARNAPARNA Cipó

Ainda antes da criação do Parque Nacional, o Governo de Minas Gerais publicou a Lei Estadual nº 6.605 de 14 de julho de 1975 autorizando a criação do Parque Estadual da Serra do Cipó. A área proposta para o Parque Estadual possuía aproximadamente 27.600 ha, compreendendo partes dos municípios de Santana do Riacho, Jaboticatubas, Itambé do Mato Dentro e Morro do Pilar. Após a autorização do Estado para a criação do parque, a Fundação Centro Tecnológico de Minas Gerais (CETEC) iniciou os estudos na área para viabilizar a criação da unidade. Contudo, mesmo após a realização dos estudos, a verba para a implantação da UC nunca foi liberada, inviabilizando sua criação, de tal forma que o Parque Estadual da Serra do Cipó nunca saiu do papel.

A maneira encontrada pelo Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF) para que uma unidade de conservação fosse, enfim, estabelecida na região da Serra do Cipó foi elevar o então Parque Estadual para a esfera nacional. Em 1981 foram realizados novos estudos na área para subsidiar a proposta de federalização da unidade. Também neste período, técnicos do CETEC realizaram levantamentos sobre a situação fundiária da área proposta para o Parque para dar início ao processo de aquisição das terras para a criação da unidade. Cabe ressaltar que na data da criação do Parque Nacional, em 1984, mais de 40% da área do parque já estava legalmente em posse do governo federal (ICMBIO, 2009; SANCHO, 2016).

Ainda que grande parte das terras já estivesse regularizada quando da criação do parque, isso não impediu que a unidade fosse palco de conflitos fundiários. Assim como aconteceu em muitas UCs criadas no período da ditadura militar, os direitos das populações foram subjulgados perante a vontade do Estado, tornando os processos de desapropriação ainda mais penosos para as famílias, ocorrendo, inclusive, casos em que famílias foram desapropriadas sem receber nenhuma indenização por seus bens. Casos como estes ocorreram na criação do PARNA Cipó e, alguns ainda perduram até os dias de hoje, mas neste trabalho nos limitaremos a apenas apontá-los, uma vez que uma análise sobre essas situações não é o foco deste trabalho (SANCHO, 2016).

3.2 Contextualização Histórica

Neste tópico buscaremos traços da história da ocupação humana na região da Serra do Cipó. Como afirma Gontijo (2003), no caso desta região “os testemunhos da história antiga são mais evidentes do que os da história recente (p. 65)”, de tal forma que as referências da história colonial, salvo alguns poucos registros, são inferidos a

partir das características típicas das cidades do interior de Minas Gerais neste período. Na busca por estes registros levantaremos informações sobre os primeiros habitantes e os principais episódios que levaram à ocupação atual da região, incluindo os eventos que acarretaram nas recentes transformações no tocante ao fenômeno turístico na região da Serra do Cipó.

A ocupação da região da Serra do Cipó pelos hominídeos, segundo Malta & Kohler (1991, apud GONTIJO, 2003), data do período Pleistoceno, ou seja, 12000 anos atrás, quando a região do carste de Lagoa Santa foi utilizada por populações pré-históricas do conhecido “Homem de Lagoa Santa”, descrito pelo naturalista dinamarquês Peter Lund ainda no século XIX. Sobre este “Homem de Lagoa Santa”, estudos detalhados, como a reconstituição facial de crânios, atribuem feições negróides a estas populações, diferentes dos índios do continente americano. Sobre os hábitos destas populações, Cartelle (1994, apud GONTIJO, 2003), afirma que eram populações nômades, que carregavam seus poucos pertences e se abrigavam em paredões e entradas de grutas comuns na região. Não possuíam muitos recursos tecnológicos, utilizando instrumentos simples para praticar a caça, a pesca e a coleta.

Acredita-se que as populações do “Homem de Lagoa Santa” habitaram a região até aproximadamente 6000 anos atrás, mas a partir de 8000 anos atrás já tinha se iniciado um processo de substituição destes por populações dos ancestrais dos índios atuais. Com relação a esta substituição, não há vestígios arqueológicos suficientes para se precisar quando e como esta ocorreu, mas os arqueólogos parecem concordar com a importância da presença dos ancestrais dos índios atuais na região da Serra do Cipó (PROUS, 2000 apud GONTIJO, 2003). Sobre os ancestrais dos índios atuais, os vestígios são poucos, uma vez que estes pouco utilizavam os abrigos naturais, dificultando as análises arqueológicas sobre estas populações.

Com o início do processo de colonização do interior do país, os ancestrais dos índios atuais foram perdendo território e sofrendo com as doenças e ataques dos colonos, sendo forçados a adotar uma postura itinerante, o que aumentou a ocorrência de contatos entre as tribos. Na porção oeste da região da Serra do Cipó, no cerrado, Dean (1996, apud GONTIJO, 2003) aponta o relato de um holandês que viajou até as cabeceiras do rio São Francisco e descreveu a presença de grupos isolados e nômades. Isto pode ser um indício de que os grupos indígenas da região foram obrigados a abandonar as práticas de agricultura e voltar a viver de uma forma mais errante. Na porção leste, onde se encontra a Mata Atlântica, os indígenas resistiram mais

bravamente aos avanços dos colonizadores sobre suas terras, chegando ao ponto em que Dom João VI decretou guerra contra esses indígenas, dizimando suas populações (GONTIJO, 2003).

A efetiva ocupação de Minas Gerais por parte dos colonizadores só foi acontecer ao final do século XVII com a descoberta do ouro na região de Ouro Preto, que gerou um grande fluxo migratório. Já no início do século XVIII, a descoberta de diamantes nas atuais regiões de Serro e Diamantina trouxe ainda mais imigrantes, além de conferir certa importância para a região da Serra do Cipó perante a coroa portuguesa. Guimarães (1991, apud GONTIJO, 2003) aponta que, ainda no início do século XVIII a região de Santana do Riacho já era bastante ocupada, o que ajuda a explicar a existência das três rotas, já supracitadas, que partiam de Ouro Preto em direção ao Espinhaço Meridional. O autor ainda aponta que, embora o povoamento da região tenha sido impulsionado pela descoberta do ouro e de diamantes, os registros de inúmeras fazendas na região de Santana do Riacho indicam que a economia local era mais diversa do que a simples extração destes dois produtos, e essa diversidade permitiu que a região se sustentasse após o declínio da mineração.

No século XIX o naturalista alemão Barão Wilhelm Ludwig Von Eschwege chegou ao Brasil com o objetivo de tentar resgatar a já decadente mineração de ouro em Minas Gerais (GONTIJO, 2003). Além deste, outros naturalistas também circularam pelo Espinhaço Meridional, deixando diversas descrições e relatos sobre as paisagens e populações da região, além de algumas descrições sobre a decadência da mineração e todas as implicações que esta causou nos arraiais da região. Ainda segundo Gontijo (2003), os naturalistas que passaram pela região do Espinhaço Meridional foram Eschwege, John Mawe, Saint-Hilaire, Spix & Martius, Pohl, Langsdorf, Gardner, Burmeister e Burton. Cabe ressaltar também a importância de outro naturalista que chegou à região ainda no século XIX, e que permaneceu por um longo período, fazendo incontáveis contribuições para o conhecimento do passado de ocupação da região e para o surgimento, no Brasil, da paleontologia e da arqueologia, o dinamarquês Peter W. Lund.

No final do século XIX a sede política de Minas Gerais foi transferida de Ouro Preto para Belo Horizonte e, com essa mudança, o principal caminho utilizado para o Espinhaço Meridional se tornou inviável para quem partia da nova capital, de forma que outros acessos ganharam maior visibilidade, como os caminhos que seguiam pelas margens do rio das Velhas. Já no século XX o caminho que seguia pela margem direita

do Velhas, partindo de Santa Luzia até o Riacho Fundo (antiga Santana do Riacho) se tornou um dos principais acessos à região e, a partir dele, a transposição do antigo ‘caminho dos escravos’ na Serra da Vacaria permitia a ligação com Morro do Pilar e Conceição do Mato Dentro, caminho que, logo tomaria a forma de uma estrada, a MG-010 (GONTIJO, 2003).

Durante muitos anos as principais atividades econômicas da região foram as fazendas e os pequenos produtores agrícolas, acompanhados das tropas de mulas que realizavam o transporte e trocas de mercadorias pela região. Em termos de empreendimentos de maior porte, o primeiro a se instalar na região foi a Usina Pacífico Mascarenhas, uma pequena central hidrelétrica construída em 1927 pela Cia. Cedro Cachoeira para gerar energia elétrica para duas unidades têxteis. Depois da usina, outro empreendimento a se instalar na região da Serra do Cipó foi o hotel Cipó Veraneio, construído em 1948 às margens do rio Cipó, sendo a primeira hospedaria na região, seguido logo adiante pela hospedaria Chapéu do Sol, localizada no alto da Serra da Vacaria e construída em 1954 (FERREIRA, 2010).

Nesse período ainda não se falava em turismo na Serra do Cipó como uma atividade econômica. O hotel Cipó Veraneio recebia principalmente caçadores e pescadores, além de alguns casais em lua de mel, enquanto a hospedaria Chapéu do Sol funcionava como um ponto de parada de viajantes que seguiam em direção a Diamantina. O turismo que ocorria na região nas décadas de 1960 e 1970 era caracterizado principalmente pela chegada de um grande número de ônibus especiais que paravam próximo à ponte do rio Cipó, trazendo visitantes em busca de balneários no rio Cipó em períodos de calor. Em geral, esses visitantes só passavam o dia na Serra do Cipó, trazendo consigo tudo que iriam precisar, portanto, não geravam renda para os moradores da região, mesmo que a estrutura de serviços do local ainda fosse incipiente.

A procura pela Serra do Cipó por parte dos visitantes cresceu a partir de meados da década de 1980, com o asfaltamento da rodovia MG-010 até o início da subida da serra em direção a Morro do Pilar e Conceição do Mato Dentro, em 1987. Nesse período a atividade turística começou a se intensificar, e o surgimento de inúmeras pousadas e empreendimentos para atender essa crescente demanda é um reflexo disso. Junto com isto, o parcelamento do solo na região também se acentuou e vários loteamentos foram criados, aumentando a pressão sobre o ambiente natural da Serra do Cipó. Este panorama vem se agravando desde o final da década de 1980 e, atualmente, tanto o distrito da Serra do Cipó quanto o seu entorno convivem com um enorme fluxo

de pessoas nos finais de semana e feriados e com um número cada vez maior de loteamentos sendo criados, constituindo o cenário atual da região.

4 REFERENCIAL TEÓRICO

Este capítulo apresenta um enfoque histórico sobre o processo de criação de áreas protegidas no contexto internacional, abordando sua evolução desde a Idade Média até a Contemporânea, aprofundando no caso brasileiro que culminou na criação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação. No segundo tópico deste capítulo abordamos a questão do uso público nas unidades de conservação do Brasil, analisando as categorias existentes e que tipo de uso é permitido em cada uma delas, seguido de uma breve análise sobre a gestão destas áreas. No terceiro e último tópico deste capítulo fizemos uma discussão sobre as terminologias ligadas ao turismo que seriam mais pertinentes ao presente trabalho, focando principalmente nos temas ligados à natureza.

4.1 Histórico das políticas ambientais no âmbito internacional e nacional

A criação de áreas com regime especial de uso para a proteção de determinadas espécies animais ou vegetais não é um fenômeno da contemporaneidade. Keith Thomas (1988) narra que desde a época medieval alguns parques protegiam os animais de caça para a realeza. Estas políticas demonstravam a visão utilitarista que a sociedade ocidental mantinha da natureza, tendo-a como à parte do homem e a seu serviço. Esta visão perduraria, ainda, por quase toda a Idade Moderna, e é ilustrada pelo autor no contexto da Inglaterra entre os séculos XV e XVIII. Neste período, os teólogos utilizavam, frequentemente, passagens da bíblia para exaltar o domínio do homem sobre os outros seres e enaltecer sua condição de gestor, uma vez que se acreditava que todas as criaturas haviam sido criadas para o uso do homem, que era considerado o fim de todas as obras de Deus (THOMAS, 1988).

Foi apenas no final da Idade Moderna que este pensamento começou a mudar. Percebendo a diminuição do número de indivíduos de algumas espécies que antes eram numerosas, algumas pessoas passaram a tomar consciência que as atitudes do homem poderiam eliminar outras espécies. Concomitantemente, teólogos do século XVIII passaram a defender que todas as espécies tinham algum papel na cadeia divina, não devendo o homem alterar a harmonia criada por Deus. Da mesma forma, cientistas nesse período defendiam a importância das espécies para o equilíbrio natural, e assim, argumentos menos utilitaristas passaram a ser adotados na preservação de outras espécies. (THOMAS, 1988)

Nesse contexto de mudanças no paradigma da relação do homem com a natureza, as ciências naturais ganhavam mais espaço. Keith Thomas (1988) relata como a Inglaterra, nos séculos XVIII e XIX, foi um território fértil e receptível para diversos naturalistas e ilustradores botânicos, tanto ingleses quanto estrangeiros. Foi também neste período, ainda de acordo com Keith Thomas (1988), que surgiram “as sensibilidades que depois culminariam na legislação de fins do século XIX e de todo o século XX para a preservação da natureza e a proteção de espécies selvagens” (p.337).

Além dessa nova visão da natureza, muito impulsionada pelo avanço das ciências naturais, a revolução industrial também desempenhou importante papel na forma como as legislações acerca da preservação da natureza viriam a ser formuladas. A revolução industrial provocou um grande deslocamento das populações rurais para as cidades e, com o crescimento destas, as diferenças entre o campo e o urbano se acentuaram, desencadeando sentimentos saudosistas em parte da população que tinham no imaginário o campo como um refúgio de espiritualidade e descanso, visão esta muito influenciada pelas insalubres condições ambientais das cidades (THOMAS, 1988; DIEGUES, 2001).

Com essas mudanças na representação de natureza para o homem, a criação de áreas naturais com regime especial de uso deixou de ter caráter utilitarista, assumindo propósitos mais voltados para manter funções ecológicas e resguardar o que ainda não havia sido destruído pelo homem. A partir deste momento a ideia de que o homem é capaz de destruir a natureza já era mais aceita, e muitas críticas ao modo de vida das cidades passaram a ser tecidas, pelo menos por parte das elites, gerando anseios por modos de vidas mais característicos de ambientes afastados das crescentes cidades. Foi a partir deste movimento de busca por uma natureza ainda não degradada que surgiram as primeiras tentativas de proteção nos EUA (THOMAS, 1988; DIEGUES, 2001; SANCHO, 2016).

De acordo com Diegues (2001), o conceito que permeava a criação dos parques nos EUA no século XIX era a ideia de grandes áreas não habitadas, selvagens e intocadas pelo homem, chamadas pelo autor de “*wilderness*”. Tais áreas seriam protegidas da expansão agrícola para a recreação das populações urbanas. Esse conceito de parques desabitados sofreu diversas críticas, principalmente por parte dos indígenas, que em grande parte já haviam sido expulsos de suas terras. Porém, isso não impediu que o modelo fosse difundido.

Não obstante as críticas, esse conceito de parques desabitados se fortaleceu com a consolidação do movimento preservacionista americano que se baseava principalmente nas obras de Henry David Thoreau, George Perkins Marsh e John Muir. O preservacionismo buscava proteger a natureza dos avanços da indústria e das cidades, vendo na natureza uma ligação espiritual, sobretudo nas áreas de grande apelo estético. Além destas ideias, mais tarde, o preservacionismo também se apoiou nas ciências naturais, especialmente na noção de ecologia, diminuindo a importância da estética na escolha das áreas a serem preservadas, dando ênfase para a estabilidade do ecossistema presente na área (DIEGUES, 2001).

Outra corrente de pensamento que tratava da conservação dos atributos naturais nos EUA no século XIX foi o chamado conservacionismo. Segundo Diegues (2001), pautado principalmente nas ideias de Gifford Pinchot, esse movimento defendia o uso racional dos recursos naturais, de forma a garantir que eles trouxessem benefícios ao maior número de cidadãos possível. Ainda de acordo com Diegues (2001), as ideias de Pinchot foram de grande importância para os debates acerca do uso de recursos naturais do século XX, sendo um dos precursores do que hoje é chamado de “desenvolvimento sustentável”. Além disso, também contribuiu para o debate entre os “conservacionistas” e os chamados “desenvolvimentistas”, que viam a natureza apenas como uma fonte de recursos a ser utilizada para o crescimento industrial e agrário.

Em meio aos debates entre os conservacionistas, os preservacionistas e os desenvolvimentistas, foi criado o que veio a se tornar um marco histórico para as áreas protegidas no mundo ocidental - o Parque Nacional de Yellowstone nos EUA. Criado em 1872, sobretudo devido ao apelo estético, sua criação impulsionou o surgimento de diversos outros parques na América do Norte. Além disso, também incentivou a criação do serviço americano encarregado da criação de áreas protegidas, o *National Park Service* (NPS). Principalmente após a segunda metade do século XX, o NPS passou a criar unidades pautando-se em critérios ecológicos, sendo este um período de grande aumento no número de parques criados nos EUA. (DIEGUES, 2001).

Diegues (2001) aponta que o conceito de parque nacional desabitado adotado pelos EUA se espalhou rapidamente pelo mundo ocidental após a criação do Parque de Yellowstone, e a América Latina não ficou fora dessa onda, mesmo estando em um contexto social e ambiental completamente diferente do norte americano. No Brasil não foi diferente, sendo criado no país o Parque Nacional do Itatiaia em 1937, na divisa dos estados de Minas Gerais e Rio de Janeiro, com o objetivo de responder às demandas

científicas e turísticas das populações urbanas (MEDEIROS, 2006). Apesar da criação do primeiro parque nacional no Brasil acontecer mais de meio século após a criação de Yellowstone, o debate relativo às políticas públicas que tratariam das questões ambientais do Brasil, ainda que incipiente, já vinha se desenrolando desde o século XIX, principalmente em função da preservação de áreas para garantir fontes de água.

Medeiros (2006) também assinala outras iniciativas de proteção de recursos naturais muito anteriores à criação do Parque Nacional do Itatiaia, mas poucas se consolidaram. Um exemplo da criação de áreas com regime diferenciado de gestão anterior ao referido parque é a Floresta da Tijuca no Rio de Janeiro, que foi desapropriada e reflorestada, aproximadamente, entre 1857 e 1889 para a manutenção da oferta de água para a cidade (DRUMMOND, 2010). Vale ressaltar também que a primeira proposta de criação de Parques Nacionais no Brasil ocorreu em 1876, pelo engenheiro André Rebouças, sugerindo a criação de dois parques, um na Ilha do Bananal, no rio Araguaia e outro em Sete Quedas, no rio Paraná. Apesar de não ter se efetivado à época², a proposta abriu espaço para discussões que mais tarde culminariam na criação dos primeiros parques nacionais no Brasil, do Itatiaia em 1937, e do Iguaçu e Serra dos Órgãos em 1939 (MEDEIROS, 2006; DRUMMOND, 2010).

Em relação às políticas públicas relativas à criação de áreas protegidas no Brasil, Medeiros (2006) aponta que o país teve três grandes marcos históricos que alteraram significativamente sua estrutura política: o Código Florestal de 1934, o Novo Código Florestal de 1965 e a lei que instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) de 2000.

A década de 1930 foi marcada pelo início da industrialização e consequente urbanização do país, especialmente na região sudeste, gerando a necessidade de uma reestruturação no projeto político do país, sendo que o ponto central deste novo projeto foi uma maior inserção do Brasil no cenário internacional. Com estas transformações propostas, o incipiente movimento ambientalista encontrou espaço apoiando a criação de parques nacionais, que já era uma prática crescente no âmbito internacional. Neste cenário de grandes mudanças a proteção da natureza ganhou espaço político, aparecendo inclusive na constituição republicana brasileira de 1934, que colocou como responsabilidade da União a proteção das belezas naturais. A partir do momento que a proteção da natureza ficou a cargo da União foi necessário criar regulações legais para

² Anos depois foram criados parques em ambas as áreas, o Parque Nacional do Araguaia e o Parque Nacional de Sete Quedas, em 1959 e 1961 respectivamente (DRUMMOND, 2010).

tal, desta forma, em 1934 foram criados os códigos Florestal, de Águas, de Caça e Pesca e o decreto de proteção aos animais (MEDEIROS, 2006).

Medeiros (2006) assinala que, em termos de áreas protegidas, o mais importante marco foi o Código Florestal, uma vez que definiu as bases para a preservação de territórios e também quatro tipologias de áreas a serem preservadas: florestas protetoras, florestas remanescentes, florestas modelo e florestas de rendimento, as duas primeiras com características preservacionistas e as outras duas podendo ter seus recursos explorados de certa forma. A administração e fiscalização das áreas protegidas neste período eram vinculadas ao Ministério da Agricultura, reforçando a visão economicista da natureza (DRUMMOND, 2010; MEDEIROS, 2006).

O período que se seguiu a partir da década de 1960 foi marcado por um grande aumento nas preocupações ambientais em nível global, que culminaram em grandes mobilizações e encontros internacionais sobre a questão ambiental, abrindo espaço na agenda política para discussões sobre esta questão. Além disso, durante o período da ditadura militar, as áreas protegidas adquiriram outro papel além da proteção à natureza - o papel de assegurar o controle do estado sobre porções do território nacional, principalmente em áreas mais isoladas, como a região amazônica. Um ano após o início do regime militar foi sancionado um novo Código Florestal que substituiu as quatro tipologias de áreas protegidas existentes por outras quatro novas, Parque Nacional, Floresta Nacional, Área de Preservação Permanente e Reserva Legal (SANCHO, 2016; MEDEIROS, 2006).

Dois anos depois da criação do novo Código Florestal, em 1967 foi criado o Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF), com o objetivo de implementar, gerir e fiscalizar as áreas protegidas, funções estas que seriam divididas com a Secretaria Especial do Meio Ambiental (SEMA) em 1973, quando esta última foi criada. Ainda na década de 1970 a proteção de áreas de grande relevância cultural ou ecológica passou a ser discutida no âmbito internacional, visando o estímulo a pesquisas científicas nessas áreas e a sua proteção. No caso do Brasil, essas propostas terminaram com a participação do país em três projetos, o programa “O Homem e a Biosfera – MaB”, a Convenção sobre Zonas Úmidas e a Convenção do Patrimônio Mundial. Já na década de 1980 a SEMA propôs a criação de quatro novas tipologias de áreas protegidas, sendo elas, Estação Ecológica, Área de Proteção Ambiental, Reserva Ecológica e Área de Relevante Interesse Ecológico, e mais tarde, em 1996, a SEMA criou as Reservas Particulares do Patrimônio Natural (MEDEIROS, 2006).

Na década de 1990 o Brasil apresentava uma diversidade de tipologias de áreas protegidas, o que gerou a necessidade da sistematização da criação e gestão destas áreas. O debate acerca da criação de um sistema já se arrastava desde o final da década de 70, quando o IBDF apresentou um estudo chamado “Plano do Sistema de Unidades de Conservação do Brasil” propondo uma sistematização. Contudo, as diferentes posições dos movimentos interessados nos debates alongaram a aprovação do projeto, que só foi aprovado em 2000 na Lei 9.985 de 18 de julho que instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC). O sistema dividiu as UCs em dois grandes grupos, as Unidades de Proteção Integral e as Unidades de Uso Sustentável, com um total de 12 categorias de manejo. As UCs de proteção integral têm como objetivo a preservação da natureza, sendo permitido apenas o uso indireto de seus recursos naturais. Já as UCs de uso sustentável procuram conciliar a conservação da natureza com o uso sustentável de parte de seus recursos naturais (MEDEIROS, 2006; DRUMMOND, 2010; BRASIL, 2000).

Além de regular as diversas categorias de áreas protegidas existentes no Brasil, o SNUC também abriu espaço para a criação de duas novas categorias, as Reservas Extrativistas e as Reservas de Desenvolvimento Sustentável, que demonstram avanços na criação de áreas protegidas uma vez que reconhecem o papel de populações humanas na conservação da biodiversidade (MEDEIROS, 2006).

4.2 Uso público em Unidades de Conservação

Como vimos anteriormente, o modelo brasileiro de proteção da natureza foi inspirado no modelo norte americano. Tal modelo tinha como um dos principais objetivos resguardar áreas tidas como isoladas e intocadas para o usufruto recreativo e contemplativo das populações urbanas (DIEGUES, 2001). Apesar de existirem algumas diferenças entre os modelos, é evidente que a lógica de uso contemplativo e recreativo dos espaços naturais também foi reproduzida no modelo brasileiro, inclusive nas unidades de uso sustentável (FONTOURA, 2014; LEUZINGER, 2010). A principal característica do modelo brasileiro de unidades de conservação é a divisão em dois grupos de categorias de manejo, de proteção integral e de uso sustentável. Dentre elas, temos cinco categorias de proteção integral e sete de uso sustentável, cada uma com seus objetivos específicos e permissões ou restrições no que tange o uso público de seus recursos, como pode ser observado no quadro 1.

Quadro 1: Categorias de manejo de Unidades de Conservação

Grupo	Categoria de manejo	Objetivos	Atividades permitidas
Unidades de proteção integral	Estação Ecológica	Preservação da natureza e realização de pesquisas científicas	Atividades de educação ambiental e pesquisas científicas
	Monumento Natural	Preservar sítios naturais raros, singulares ou de grande beleza cênica	Visitação pública e pesquisas científicas
	Parque Nacional	Preservação de ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica	Visitação, educação ambiental, recreação, turismo e pesquisas científicas
	Refúgio de Vida Silvestre	Proteger ambientes naturais que assegurem a existência ou reprodução de espécies da flora local e fauna residente ou migratória	Visitação pública e pesquisas científicas
	Reserva Biológica	Preservação integral da biota e demais atributos naturais em seu interior	Atividades de educação ambiental e pesquisas científicas
Unidades de uso sustentável	Área de Proteção Ambiental	Proteger a diversidade biológica, disciplinar o processo de ocupação e assegurar a sustentabilidade do uso dos recursos naturais	Visitação pública e pesquisas científicas
	Área de Relevante Interesse Ecológico	Manter os ecossistemas naturais de importância	Visitação pública e pesquisas

	regional ou local e regular o uso admissível dessas áreas	científicas
Floresta Nacional	Uso múltiplo sustentável dos recursos florestais	Visitação pública, pesquisas científicas e extrativismo
Reserva de Desenvolvimento Sustentável	Preservar a natureza e assegurar condições e meios necessários para reprodução dos meios de vida das populações tradicionais	Visitação pública, pesquisa científica e extrativismo
Reserva de Fauna	Proteger populações animais nativas, residentes ou migratórias	Visitação pública e pesquisa científica
Reserva Extrativista	Proteger os meios de vida e a cultura de populações extrativistas tradicionais e assegurar o uso sustentável dos recursos naturais	Visitação pública, pesquisas científicas e extrativismo
Reserva Particular do Patrimônio Natural	Área de caráter privada com o objetivo de conservar a diversidade biológica	Pesquisa científica, visitação, turismo, recreação e educação ambiental

Fonte: BRASIL, 2000; FONTOURA, 2014; LEUZINGER, 2010.

O SNUC abrange, em sua totalidade, 12 categorias de UCs, das quais apenas duas não são passíveis de visitação pública, as estações ecológicas e as reservas biológicas, visto que têm como principais objetivos manter os ecossistemas intactos, sem interferência humana direta. Já as demais categorias preveem a visitação pública desde que esta não interfira no objetivo de preservação da biodiversidade e seja feita de acordo com as normas estabelecidas pelo plano de manejo da unidade (BRASIL, 2000;

FONTOURA, 2014). No texto da Lei 9.985 que instituiu o SNUC, o termo ‘turismo’ só aparece relacionado a duas categorias, Parque Nacional e Reserva Particular do Patrimônio Natural, desta forma é importante assinalar a diferença entre turismo e visitação (BRASIL, 2000).

Turismo pode ser definido, de acordo com a Organização Mundial do Turismo, como “as atividades que realizam as pessoas durante suas viagens e estadas em lugares diferentes ao seu entorno habitual, por um período consecutivo inferior a um ano, com finalidade de lazer, negócios ou outras” (ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TURISMO, 2001, p.38 *apud* RODRIGUES, 2009, p.63). O Ministério do Meio Ambiente (MMA) no documento Diretrizes para Visitação em Unidades de Conservação (2006) utiliza uma definição semelhante, considerando o turista como o “indivíduo que se desloca para um local diferente de sua residência habitual, motivado por diversos interesses. Durante sua permanência no local visitado, o turista pode precisar da contratação de alguns serviços [...]” (p.9). No mesmo documento, o MMA (2006) considera como visitante qualquer pessoa que visita uma UC com finalidades diversas. Por conseguinte, o turista se diferencia do visitante em função do seu deslocamento para fora do seu entorno habitual (RODRIGUES, 2009). Essa diferenciação é importante para as estatísticas relativas ao consumo de serviços no entorno das UCs, uma vez que o turista tende a consumir mais serviços, como hospedagem e alimentação, do que o morador do entorno da unidade que apenas realiza a visitação (RODRIGUES, 2009).

Independente do gênero de uso público em determinada UC, seja ele através da visitação ou do turismo, Fontoura (2014) salienta que a demanda sobre as áreas naturais como espaço de recreação nunca foi tão grande. Essa alta demanda faz com que o planejamento e a gestão dessas áreas sejam cada vez mais importantes para conseguir conciliar o objetivo de conservação da natureza com as atividades ligadas ao uso público.

A maior preocupação com o planejamento das atividades nas UCs tem repercutido em fóruns nacionais e internacionais tornando a avaliação da efetividade da gestão parte do Plano de Trabalho adotado pela Convenção da Diversidade Biológica³ em 2004. Nesse sentido há um crescente esforço para o desenvolvimento de

³ A Convenção da Diversidade Biológica é um tratado da ONU que trata de tudo relacionado à biodiversidade, funcionando como um arcabouço legal e político para outras convenções e acordos ambientais (MMA).

instrumentos que permitam monitorar e avaliar os impactos das visitas e a qualidade da gestão das UCs (FONTOURA, 2014).

Ainda sobre a eficácia do manejo e gestão das áreas protegidas, Rodrigues (2009) aponta a existência de movimentos que defendem a privatização de serviços inerentes à unidade na forma de parcerias público-privada, em função da falta de recursos humanos e financeiros a que algumas unidades estão submetidas. Isso poderia contribuir para que a UC ofereça condições adequadas à visita, cumprindo, assim, um de seus objetivos. Outra proposta para auxiliar no cumprimento dos objetivos propostos na criação de UCs, o decreto 4.519 de 13 de dezembro 2002 regulamenta o trabalho voluntário em UCs, sendo apoiado depois pela Portaria nº 19 do MMA de 21 de janeiro de 2005 e pela Instrução Normativa nº 03 do ICMBio de 10 de maio de 2016, que instituem o Programa de Voluntariado em Unidades de Conservação, utilizando-o como uma ferramenta para aproximar a população das unidades, permitindo uma maior participação da sociedade nos trabalhos realizados dentro das UCs. E em contrapartida o trabalho voluntário oferece às unidades uma possibilidade maior de desenvolver projetos, garantindo uma força de trabalho motivada e de baixo custo (BRASIL, 2002; BRASIL, 2005; BRASIL 2016).

4.3 Diferentes visões acerca do turismo

A terminologia e conceituação das atividades (ou práticas) turísticas em ambientes naturais é diversa e extensa, o que torna a tarefa de identificar essas atividades em determinada categoria muito complexa. Dentre os termos mais utilizados, o ecoturismo possivelmente é o que mais cresceu nos últimos anos, especialmente após a publicação do Relatório Brundtland em 1987 e dos eventos da Rio-92⁴, quando a busca pelo desenvolvimento sustentável ganhou força e o ecoturismo surgiu como uma alternativa de geração de renda em ambientes naturais sem o uso direto de seus recursos. Entretanto, ao analisarmos as definições de ecoturismo presentes na literatura, percebemos que a utilização deste termo nem sempre é feita de maneira adequada (WEARING & NEIL, 2001).

Mieczkowski (1995 *apud* Wearing & Neil, 2001) divide os tipos de turismo em duas grandes categorias, o turismo de massa convencional e o turismo alternativo. A principal diferença entre as duas categorias está na escala em que ocorrem, sendo o

⁴ Nome pelo qual ficou conhecida a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, ocorrida no Rio de Janeiro em 1992.

turismo alternativo aquele que ocorre em uma escala menor que o de massa. Dentro da categoria do turismo alternativo, o autor reconhece as formas de turismo cultural, educacional, científico, de aventura e o agroturismo. Wearing & Neil (2001) incluem o ecoturismo como uma forma de turismo alternativo, uma vez que este abarca elementos de todas essas subcategorias elencadas por Mieczkowski (1995).

O termo ecoturismo apareceu na literatura pela primeira vez em 1984, utilizado pelo autor Hector Ceballos-Lascurain, e desde então diversos autores têm trabalhado com o termo, surgindo também diversas definições (WEARING & NEIL, 2001). Ao analisar diferentes definições, Wearing & Neil (2001) relatam quatro características básicas do ecoturismo: o primeiro ponto é a viagem para áreas naturais que estejam de certa forma protegidas; em segundo lugar, o foco da viagem é a natureza, seja para estudar, apreciar ou até mesmo auxiliar em sua proteção; o terceiro aspecto remete à função do ecoturismo como indutor da conservação, principalmente na forma de geração de recursos para as comunidades que recebem os turistas; e a quarta característica elencada pelos autores é o papel educativo do ecoturismo, uma vez que o ecoturista deve expressar uma vontade de aprender sobre a natureza durante as viagens (WEARING & NEIL, 2001).

Goodwin (1996 *apud* FENNELL 2002) considera o ecoturismo como parte de uma categoria mais ampla, o ‘turismo na natureza’, que engloba qualquer forma de viagem - inclusive o turismo de massa - em que o objetivo seja admirar áreas naturais ou a vida selvagem. Para o autor, o ecoturismo, que faz parte desta categoria mais ampla, se diferencia pelo baixo impacto da atividade, pelo auxílio na conservação das áreas naturais e pelo estímulo à economia local. Já o autor David A. Fennell (2002) prefere utilizar o termo ‘turismo baseado em recursos naturais’ para se referir à categoria mais ampla, devido à dependência dos recursos naturais que as atividades que a compõem estão submetidas, e esta terminologia utilizada pelo autor deixa mais claro o elemento de uso da atividade.

Para fins deste trabalho, utilizaremos a terminologia ‘turismo na natureza’, por se tratar de um termo mais abrangente, evitando, assim, ficarmos presos em debates sobre categorias de significado tão complexo, onde a própria tentativa de definição já seria assunto suficiente para todo um trabalho. Além disso, esta categoria mais ampla atende melhor a variedade de atividades turísticas desenvolvidas em nossa área de estudo, a Serra do Cipó, onde o termo ‘ecoturismo’ é comumente utilizado para atender

demandas mercadológicas sem se ater às principais características que esta atividade propõe (GONTIJO, 2003).

Em termos do ecoturismo, Santos (2007) analisa como as trilhas em áreas naturais atuam como peça estrutural no desenvolvimento desta atividade. Mesmo que o ecoturismo em si possa abarcar uma porção muito maior de atividades, como canoagem, mergulho, voo livre, etc., as caminhadas por trilhas em ambientes naturais quase sempre estão presentes na prática do ecoturismo, que procura conciliar o uso de ambientes naturais com a sua proteção e com respeito às práticas culturais locais. Neste assunto, Salvatti (2006 apud SANTOS, 2007) é pontual ao afirmar que grande parte das trilhas aproveitadas para o ecoturismo é formada de antigos caminhos utilizados tradicionalmente por determinadas comunidades. No contexto das áreas protegidas, Santos (2007) aponta que um dos principais objetivos das trilhas é satisfazer as atividades de uso público garantindo a estabilidade do ambiente e maior segurança aos visitantes.

5 ESTUDO DE CASO

Neste capítulo apresentaremos um estudo de caso sobre o Projeto Travessia do PARNA Cipó que trabalha na abertura de trilhas de longa duração na unidade. No primeiro tópico faremos uma análise sobre as trilhas existentes no parque e seus usos no passado e como eles foram modificados com a criação da unidade de conservação. No segundo tópico apresentaremos o Projeto Travessia e a proposta da trilha como foi concebida pelo grupo de trabalho responsável pelo projeto, analisando como a gestão da unidade espera que as trilhas sejam usadas atualmente e por quem.

5.1 A rede de trilhas na região do PARNA Cipó: Arranjos e antecedentes históricos

Conforme apresentado no primeiro capítulo, a ocupação do território mineiro somente veio a ocorrer, efetivamente, com a descoberta do ouro no final do século XVII e dos diamantes já no início do século XVIII. Durante esse período a coroa portuguesa estabeleceu os caminhos oficiais que deveriam ser utilizados para o escoamento do ouro e das pedras preciosas a fim de garantir o controle sobre as produções e retirar a quinta parte de cada pedra extraída. Esses caminhos eram denominados de estradas reais e o tráfego por caminhos clandestinos era considerado crime de lesa-majestade. Em Minas Gerais, assim como em outros estados do Brasil, foram criados vários caminhos oficiais que eram fortemente controlados pela Coroa (MAGALHÃES, 2008). Entretanto, neste trabalho o que mais nos interessa é o chamado “caminho para o Distrito Diamantino” que ligava Ouro Preto a Diamantina, passando pela vertente leste da Serra do Espinhaço, nos municípios de Serro, Conceição do Mato Dentro, Morro do Pilar e Itambé do Mato Dentro.

Além do “caminho para o Distrito Diamantino” existia também outro caminho oficial que chegava a Diamantina, o “caminho de dentro pelas Macaúbas”, que partia de Santa Luzia e margeava o rio das Velhas até a altura de Santana do Riacho por onde subia o Espinhaço em direção a Gouveia, até alcançar Diamantina (GONTIJO, 2003).

Futuramente, o “caminho para o Distrito Diamantino” e os chamados “Caminho Velho”, que ligava Ouro Preto a Paraty, “Caminho Novo”, que ligava Ouro Branco à cidade do Rio de Janeiro e o “Caminho Sabarabuçu”, que ligava o distrito de Barão de Cocais ao distrito de Glaura, vieram a constituir o “Programa de Incentivo ao Desenvolvimento do Potencial Turístico da Estrada Real”, criado pela Lei nº 13.173, de

20 de janeiro de 1999. Este programa, comumente conhecido por Estrada Real, tem como objetivo fomentar o turismo nas cidades e distritos situados ao longo dos antigos caminhos oficiais, e valorizar o patrimônio histórico, cultural, natural e paisagístico (MINAS GERAIS, 1999).

As antigas rotas oficiais eram bastante movimentadas e nelas se desenvolveu um sistema comercial que, através das tropas de mulas, abastecia os povoados que iam se formando ao longo das estradas com as mais diversas produções. Por se encontrar entre dois caminhos muito utilizados para alcançar as regiões mineradoras, a Serra do Cipó assumiu um papel importante na passagem dos bandeirantes que buscavam alcançar as áreas de maior produção mineral. Essa centralidade da região da Serra do Cipó no acesso às regiões ricas em pedras preciosas influenciou no surgimento de diversas fazendas que produziam alimentos e outras provisões para abastecer as áreas mineradoras. Como ressaltado por Gontijo (2003), na região da Serra do Cipó, inúmeras fazendas são representadas em mapas elaborados ainda no início do século XIX, mostrando uma forte ocupação do território nesta região. Esta ocupação sustentou a economia da região após o declínio da mineração, em cidades como Diamantina e Serro, com suas produções agrícolas.

As vias de acesso ao interior do país neste período eram muito precárias, com trilhas estreitas e sinuosas e muito mal conservadas, de forma que as tropas de mulas eram o único meio viável para o transporte de mercadorias. Neste período era muito comum a construção, por parte dos fazendeiros, de ranchos que serviam de pouso para o descanso dos tropeiros ao final do dia, e a partir destes ranchos muitos povoados se formaram, pois com um grande fluxo de pessoas ficando nestes ranchos, eventualmente construíam-se pequenas vendas em suas proximidades para atender às demandas dos tropeiros e outros viajantes que por ali paravam. Desta forma, famílias também se instalavam próximo aos ranchos, dando início a povoados (CORDEIRO, 2010).

Cordeiro (2010) menciona o fato da distância entre diversos povoados variar entre 18 e 25 quilômetros, que corresponde à média de distância percorrida por dia pelas tropas de mulas, reforçando o papel fundamental das tropas na conformação de povoados no interior do Brasil. Esta relação entre as distâncias pode ser observada na região da Serra do Cipó e será demonstrada na apresentação da proposta do Projeto Travessia do PARNA Cipó. Tal observação foi, inclusive, relatada em conversa informal com o Sr. Geraldinho, morador do povoado de Serra dos Alves, localizada no

município de Itabira, que, como apresentaremos no próximo tópico, faz parte da proposta do Projeto Travessia.

Esta particularidade ilustra a influência que o tropeirismo exerceu na região da Serra do Cipó devido à grande importância que as tropas de mulas exerciam para a economia local. Outro exemplo desta importância é o Museu do Tropeiro, fundado em 2003 no município de Itabira, com o objetivo de manter viva a história e a tradição tropeira que teve grande influência na região. O museu fica localizado no distrito de Ipoema, que fazia parte do “caminho para o distrito Diamantino”, funcionando como um entreposto comercial na época. Vale ressaltar também, reforçando este ponto, que as distâncias entre Ipoema e as localidades mais próximas variam em torno dos 20 km.

Ademais, as trilhas da Serra do Cipó não eram percorridas apenas pelos tropeiros. No século XIX, vários naturalistas europeus, muito interessados em conhecer as belezas exóticas do Novo Mundo, percorreram a região registrando suas belezas, bem como os modos de vida das populações locais, além de fazer estudos minerais e de viabilidade econômica.

O mineralogista inglês John Mawe viajou pela região da Serra do Cipó no início do século XIX fazendo estudos para a instalação da Fábrica Nacional do Pilar, em Morro do Pilar. Esta foi a primeira indústria de ferro do Brasil, fundada em 1809, entretanto, nunca obteve sucesso, encerrando suas atividades em 1826. Já no declínio da mineração aurífera em Minas Gerais, o naturalista alemão Wilhelm Ludwig Von Eschwege veio ao Brasil para tentar revigorar a mineração. Em suas viagens, além dos relatos sobre o relevo e a geologia, Eschwege elaborou mapas da região da Serra do Cipó, onde constam diversas fazendas e também os caminhos que ligavam o Distrito Diamantino a Ouro Preto, além de um caminho para Morro do Pilar passando pelo atual distrito de Serra do Cipó, pelo trecho conhecido hoje como “caminho dos escravos” (GONTIJO, 2003; NAZARETH, 2005).

Os naturalistas Johann Baptist von Spix e Carl Friedrich Philipp von Martius, conterrâneos de Eschwege, também viajaram pela região da Serra do Cipó fazendo registros sobre a fauna e a flora e, ainda, elaborando diversos mapas. Em seus trabalhos aparecem as velózias gigantes da Serra do Cipó nos transectos realizados pelos alemães (SPIX & MARTIUS, 1967 *apud* GONTIJO, 2003). Gontijo (2003) também narra o relato do botânico e naturalista francês Saint-Hilaire que, de acordo com o autor, descreve a paisagem da região do Alto Palácio na Serra do Cipó, como “[...] um vasto planalto arenoso e descoberto que termina um morro elevado. Lá jamais existiram

florestas; pequenos arbustos crescem no meio dos relvados, e a vista se expande ao longe sobre morros áridos entremeados de bosques” (SAINT-HILAIRE, 1974, p. 130 *apud* GONTIJO, 2003, p. 60).

Os campos rupestres nos altos das serras ilustrados por Saint-Hilaire impressionaram todos os naturalistas que por ali passaram (ICMBIO, 2009). A enorme diversidade de plantas, desde pequenas flores que cobrem o solo até plantas de grande porte, fascinaram vários naturalistas, como é o caso do alemão naturalizado russo Barão de Langsdorf, que descreve a paisagem do alto da serra com toda sua diversidade:

Percorrida uma légua, o caminho começa a melhorar. Já perto do alto da serra, chegamos a um vale relvado plano e úmido, banhado por um pequeno riacho. A vegetação é completamente diferente. Teríamos que trabalhar bastante para recolher todas aquelas espécies novas que se ofereciam; *Rhexia*, *Eriocaulon*, *Sauvagesia*, *Graminae* apresentam novas formas; o vale parece ser muito fértil. Daqui subimos por outra encosta e chegamos a outro vale, este banhado por um riacho bem maior. Encontramos *Vello* [= *Vellozia*], *Barbacenia*, *Eriocaulon*, *Cassia*, *Rhexia*, *Banister* (?), espécies de *Ruber*, numa variedade magnífica (SILVA et al., 1997 *apud* ICMBIO, 2009, p.20).

Outro naturalista que passou pela região da Serra do Cipó foi o geólogo e botânico austríaco Johann Pohl que, percorrendo a região já no período da decadência da mineração, relatou as precárias condições de vida nas cidades de Morro do Pilar, Conceição do Mato Dentro e Itambé do Mato Dentro. Pohl expõe que, além da decadência da mineração, a população destas cidades também tinha que conviver com a guerra decretada por D. João VI contra os índios Krenak, chamados pelos portugueses de botocudos, que resistiam contra os avanços dos colonizadores na bacia do rio Doce (POHL, 1976, *apud* GONTIJO, 2003).

Neste ponto já podemos perceber que as trilhas da Serra do Cipó tinham uma função econômica e científica muito importante na medida em que serviam de rota comercial para as tropas de mulas e permitiam aos naturalistas se deslocar entre as cidades e conhecer as populações, a geologia, o relevo, a fauna e a flora da porção sul da Serra do Espinhaço. Contudo, além destes usos, veremos a seguir que as trilhas também exerciam um papel importante na vida e nas relações sociais dos moradores desta região.

Além dos usos mencionados anteriormente, as trilhas também eram usadas pelos moradores da região da Serra do Cipó em seus deslocamentos usuais. Exemplo disto são

as romarias que acontecem todos os anos em direção a Conceição do Mato Dentro para a festa do Jubileu do Senhor Bom Jesus do Matozinhos. A festa do Jubileu acontece desde 1787 entre os dias 13 e 24 de junho e é a maior festa da cidade de Conceição do Mato Dentro (TRUOCCHIO, 2005). Durante os dias da festa milhares de pessoas se deslocam em direção à cidade para acompanhar as cerimônias religiosas, participar das tradicionais cavalgadas e, mais atualmente, para presenciar o evento em si.

Desde as primeiras celebrações até os dias de hoje inúmeras pessoas partem em romarias de várias localidades da região, a pé ou em cavalgadas, para participar da celebração da festa do jubileu passando por “serras, estradas, fazendas e atalhos que cortam pequenas cidades e vilarejos (TRUOCCHIO, 2005)”. Os romeiros que partem da Serra do Cipó seguem pelos caminhos das antigas estradas e trilhas que ligavam as localidades em um trajeto de 71 km até o Santuário do Bom Jesus do Matozinhos em Conceição do Mato Dentro. Essa romaria mostra como as trilhas exercem um papel importante na vida de muitos moradores que, mesmo com a abertura da rodovia MG-010 ligando o distrito de Serra do Cipó à Conceição do Mato Dentro, durante eventos culturais e tradicionais ainda utilizam as trilhas em seus deslocamentos.

Também é possível observar esta situação na, já famosa, travessia Lapinha x Tabuleiro. Como observado por Gontijo, “dentre os milhares de romeiros que para lá [Conceição do Mato Dentro] convergem, sempre há uma pequena parcela de Lapinha que parte a pé ou em montaria (via Tabuleiro)” (GONTIJO, 2003, p. 91). Isso mostra como a festa do jubileu é importante para os moradores da região e como as trilhas sempre tiveram a função de ligação entre as diversas localidades da região da Serra do Cipó.

Essa função de ligação de localidades pode ser explicada pelo isolamento geográfico em que a região da Serra do Cipó se encontrava até o início do século XX. A falta de estradas na região e o difícil acesso pelos caminhos existentes fez com que as trilhas se tornassem uma das principais formas de deslocar pela região. O distrito de Serra do Cipó só foi ser conectado à capital do Estado por uma estrada em 1926, mas a ligação deste distrito com outras localidades próximas continuou com acessos precários. Sobre a chegada da estrada ao distrito, Nazareth (2005) escreve sobre uma conversa com um antigo morador da região, cujo pai trabalhou como tropeiro por 40 anos, o Seu João de Nicisso:

A estrada de rodagem chegou em Cardeal Mota [Serra do Cipó] em 1926, mas ainda viu muitas tropas passarem. É que muitos interiores continuavam fora de acesso para carros e caminhões – que, além do mais, ainda eram raros –, e o lombo do burro continuava sendo sua forma de transporte e escoamento de produção (NAZARETH, 2005, p. 21).

Através deste relato, podemos perceber que as trilhas continuaram exercendo sua função de ligação entre as localidades, devido às más condições dos acessos, e esta situação ainda perduraria por muitos anos.

Ferreira e Gontijo (2008) também relatam como os moradores da região das bandeirinhas, atualmente no interior do PARNA Cipó, realizavam diversas trocas comerciais entre as vertentes leste e oeste da Serra e como estas trocas eventualmente favoreciam casamentos entre moradores de diferentes localidades, de forma que as trilhas também acabavam por ser usadas para visitar parentes.

Conforme foi apresentado, as trilhas da região da Serra do Cipó eram muito utilizadas, seja no transporte de mercadorias, nas manifestações culturais ou simplesmente nos deslocamentos usuais, contudo, na década de 1970 foram iniciados os estudos para a criação de uma unidade de conservação na região, e esta forma de ordenamento territorial traria mudanças na forma como as pessoas poderiam utilizar aquele espaço, mesmo que algumas destas alterações só viessem a ser efetivadas algumas décadas após a criação da unidade.

A criação de áreas protegidas no Brasil era baseada, como dito anteriormente neste trabalho, no modelo norte americano, que exclui a presença de comunidades no interior das áreas e limita as atividades que são permitidas em seu interior, seguindo uma lógica preservacionista. No caso da Serra do Cipó os estudos para a criação da unidade de conservação se iniciaram na década de 1970, culminando na criação do Parque Estadual da Serra do Cipó. Entretanto, conforme apresentado no primeiro capítulo, esta unidade nunca foi efetivamente implementada, sendo transferida, em 1984, para a esfera nacional para, então, ser criado o PARNA Cipó. Desta forma, ainda que já existissem discussões e estudos para a criação da unidade de conservação desde a década de 1970, o uso das trilhas pela população não sofreu muitas alterações neste período.

De certa forma, nem mesmo a criação do PARNA Cipó em 1984 alterou significativamente estes usos de imediato, salvo para as famílias que foram desapropriadas pela unidade, uma vez que a unidade de conservação recém-criada não

possuía a capacidade para regular os usos das trilhas em seu território. Durante muitos anos após a sua criação, o PARNA Cipó não contava com estrutura para o controle de suas visitas, sendo que esta atividade só foi oficialmente aberta em 1997, com a construção da portaria oficial, a definição do número máximo de visitantes e a definição de quais áreas seriam passíveis de visita. A visita foi regulada pelo Plano de Ação Emergencial (PAE), elaborado em 1994 que funcionaria como uma espécie de plano de manejo emergencial para as atividades tidas como prioritárias (ICMBIO, 2009).

Para a abertura oficial da visita no PARNA Cipó em 1997, o PAE definiu quais atrativos estariam abertos ao público e quais as regras para a visita. Inicialmente três atrativos foram abertos para a visita sem a presença de um guia e podendo ser visitados a pé, de bicicleta ou a cavalo, sendo estes a Cachoeira da Farofa, o Cânion das Bandeirinhas e o Poço Azul, este último foi fechado alguns anos mais tarde por se tratar de um local muito frágil e que estava sendo muito impactado pela visita. Além destes atrativos, a Cachoeira da Taioba, do Gavião, das Andorinhas, do Tombador, a Farofa de Cima e o Travessão ficaram abertos ao público mediante o acompanhamento de um guia e podendo ser visitados apenas a pé (vide Figura 5). Os demais atrativos do PARNA Cipó permaneceram fechados à visita.

Apesar dos esforços despendidos pela equipe para controlar a visita na unidade, a falta de infraestrutura física e pessoal impedia que este controle fosse realizado de forma efetiva, principalmente na região do vale do Rio Bocaina, onde atualmente se encontra a Portaria do Retiro (ICMBIO, 2009). Ou seja, mesmo mais de uma década após sua criação, o PARNA Cipó não conseguia regular efetivamente como e por quem as trilhas em seu interior seriam utilizadas. Com o tempo a situação foi se modificando, o parque se estruturou melhor. Foi construída uma portaria para o controle de entrada na região do rio Bocaina, a Portaria do Retiro, e foi concretizado o plano de manejo da unidade, lançado em 2009. Cabe ressaltar que a região do vale do Rio Bocaina ainda é palco de conflitos. Alguns moradores da região ainda residem no interior da unidade e alegam não terem recebido o dinheiro das indenizações referentes ao período da criação do PARNA Cipó.

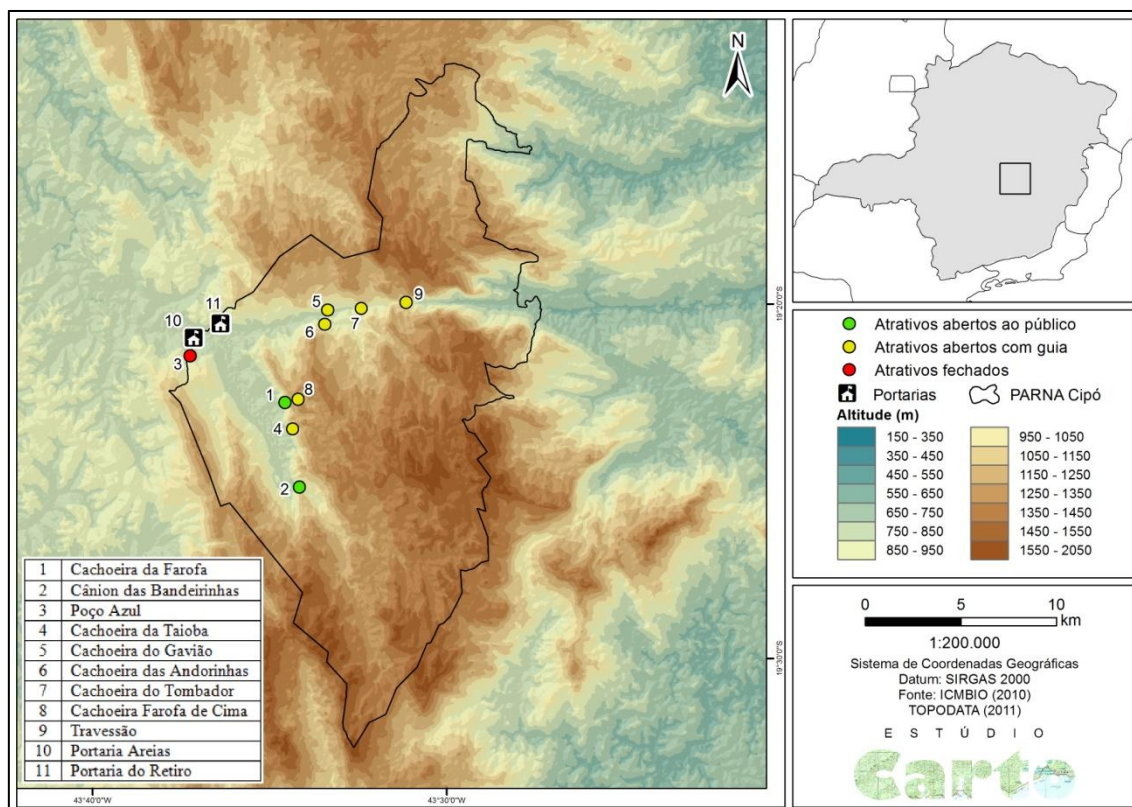


Figura 5: Localização dos atrativos do PARNA Cipó

No plano de manejo, no que tange o uso das trilhas nos interessa o zoneamento do PARNA Cipó, visto que é esta a parte do documento que define como a gestão da unidade pretende lidar com o seu território. De acordo com o plano de manejo o zoneamento foi baseado nas propostas de uso público planejadas para o PARNA Cipó de forma a garantir que os locais historicamente já visitados pelas populações e as trilhas já existentes na unidade fossem favorecidos na criação de roteiros e na definição de formas de utilização pública, não esquecendo, é claro, de manter grande parte da unidade sob rigorosa proteção (ICMBIO, 2009).

Com base nesta proposta definiu-se que cerca de 92% da área do parque é considerada como Zona Intangível ou Zona Primitiva, duas categorias que têm o objetivo de preservar o ambiente natural com a mínima intervenção antrópica, sobretudo nas Zonas Intangíveis. Já as Zonas Primitivas são um pouco mais permissivas, podendo ser realizadas atividades de pesquisa e formas primitivas de recreação. Aproximadamente 6% da área do PARNA Cipó foram consideradas como Zona de Recuperação, áreas que correspondem a ambientes considerados antropizados, que têm como objetivo a recuperação do ambiente natural por meio da retirada das espécies exóticas e atividades que detenham a degradação. Por último, os 2% restantes da área da unidade foram definidas como áreas passíveis de uso facilitado, que comportam desde

as edificações administrativas do PARNA Cipó, passando pelas áreas onde residem algumas famílias que não foram indenizadas e/ou retiradas do parque, até as antigas trilhas usadas pelas comunidades da região (ICMBIO, 2009). A localização das zonas definidas no plano de manejo do PARNA Cipó pode ser observada na Figura 6 a seguir. Na figura também podemos observar como grande parte das Zonas de Uso Extensivo do parque corresponde às trilhas, muitas das quais serão utilizadas no Projeto Travessia, que será apresentado no próximo tópico.

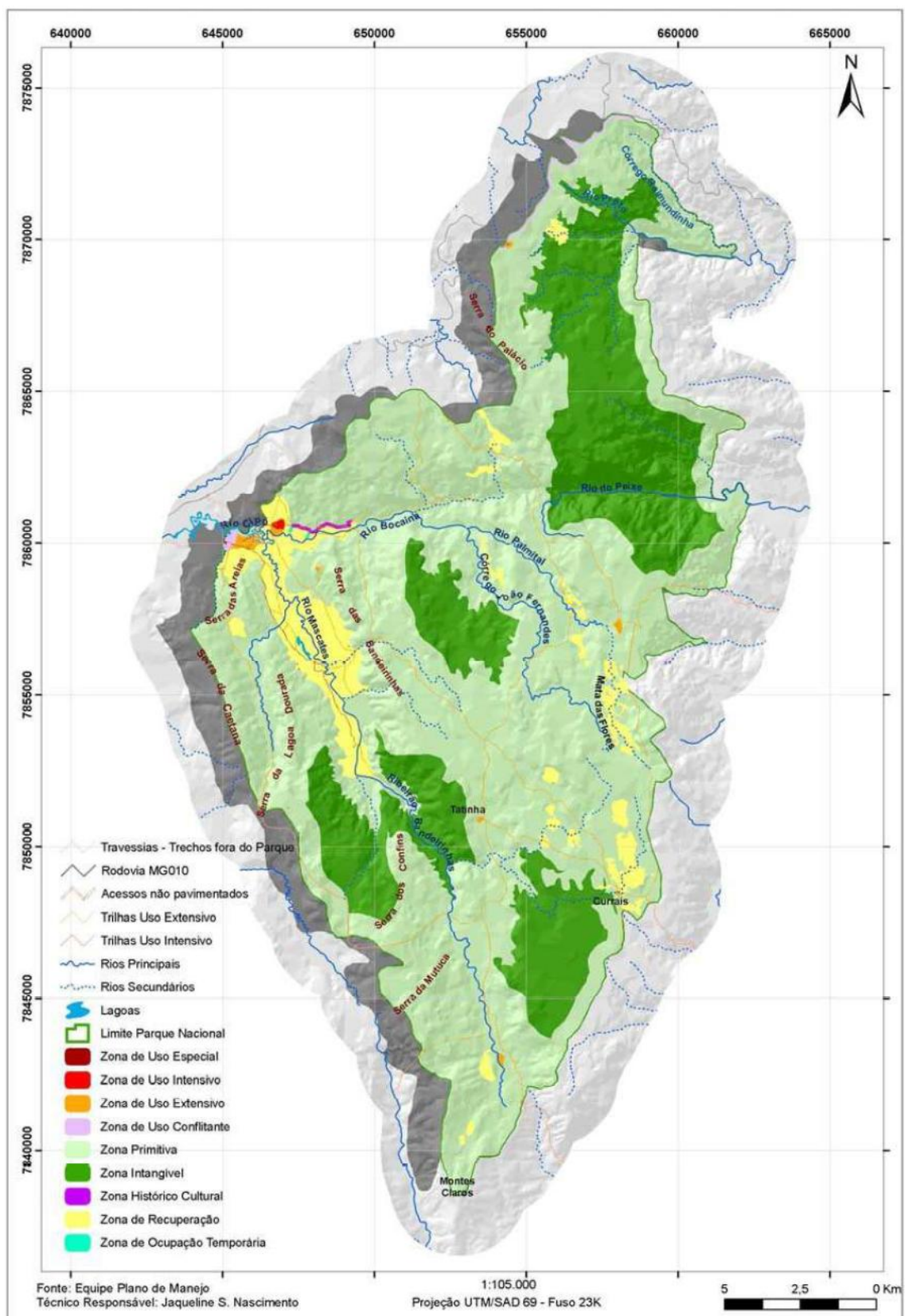


Figura 6: Mapa do zoneamento do PARNA Cipó. Fonte: ICMBio (2009)

Com relação às travessias, o plano de manejo do PARNA Cipó as considera como uma vocação da unidade, inclusive como um dos pontos motivadores de sua

criação, de tal forma que é desejável que se estabeleçam as normas de utilização das travessias, para que a atividade seja realizada com segurança e respeitando os objetivos desta categoria de unidade de conservação (ICMBIO, 2009). Conforme apresentamos ao longo deste capítulo, ainda que com diferentes motivações, as travessias sempre foram amplamente realizadas na região, de maneira que grande parte das trilhas já é conhecida pelo público interessado neste tipo de atividade e pelos moradores da região, restando à gestão do PARNA Cipó fazer melhorias nos traçados e garantir que o uso destas trilhas durante as travessias seja compatível com os critérios de segurança adotados e com a conservação do ambiente natural da unidade.

Para garantir estes critérios o plano de manejo avalia que é necessário garantir uma estrutura mínima nos pontos de partida e de chegada da travessia bem como nos pontos intermediários. Para os pontos de entrada e saída das travessias, espera-se que a estrutura permita ordenar o acesso ao PARNA Cipó além de informar os visitantes sobre as normas da unidade, sobre a prática de atividades com segurança e demais informações sobre as trilhas e atrativos dentro e no entorno da unidade. Já os pontos intermediários têm por objetivo proporcionar maior conforto e segurança para os visitantes, além de auxiliar no controle sobre o número de visitantes por trecho e reforçar os locais pré-definidos para os pernoites (ICMBIO, 2009).

Vale ressaltar que até outubro de 2015, quando foi inaugurado o primeiro trecho de travessia do PARNA Cipó aberto ao público, para a realização de travessias no parque era necessário um contato prévio com a gestão da unidade atestando o conhecimento dos roteiros e das normas de utilização em se tratando de uma unidade de proteção integral. Posterior ao contato era, então, emitida uma autorização por escrito para os participantes da travessia, e estes, em contrapartida, deveriam elaborar um relatório sobre sua expedição informando para a gestão do parque sobre as condições encontradas nas trilhas de forma a auxiliar a gestão sobre as áreas mais distantes das portarias (ICMBIO, 2009). Atualmente, com a inauguração do primeiro trecho aberto ao público em forma de projeto piloto, esta situação está se alterando, e no próximo tópico apresentaremos a proposta do Projeto Travessia que busca estruturar as travessias no PARNA Cipó.

5.2 A proposta da trilha concebida pelo ICMBio

Antes de apresentar a proposta do PARNA Cipó, gostaríamos de deixar claro que o Projeto Travessia ainda se encontra em fase piloto, portanto, as informações

contidas neste tópico ainda não são definitivas, dessa forma, podem sofrer alterações de todo gênero. Ressaltamos inclusive que a abertura de um trecho específico da trilha na forma de projeto piloto, em 2015, foi realizada, dentre outros fatores, para melhorar a coleta de informações sobre o funcionamento da metodologia de trabalho do grupo responsável pelo projeto e avaliar possíveis melhorias. Além disso, contribuiu também para que o público interessado neste tipo de atividade fosse favorecido, podendo visitar o trecho do roteiro aberto e desfrutar da visita à trilha.

O Projeto Travessia foi iniciado em 2013 com o objetivo de estruturar, de acordo com o plano de manejo do PARNA Cipó, as trilhas de longa duração na unidade. Como vimos anteriormente, trilhas de longa duração já eram realizadas na região há muitos anos por diversos públicos e com objetivos distintos. Assim sendo, o desígnio do projeto é ordenar essas trilhas de acordo com o plano de manejo para que elas sejam ofertadas aos visitantes do parque como um produto turístico, diversificando os atrativos da unidade e incentivando o desenvolvimento socioeconômico das populações que vivem no entorno do parque com a abertura dos ‘Portais’, que serão explicados mais adiante.

O Projeto Travessia surgiu como um desdobramento do Programa de Voluntariado do Parque Nacional da Serra do Cipó, este último criado em 2010, que inicialmente funcionava com quatro linhas temáticas, porém, com o tempo passou a contar com apenas duas, a de “Prevenção e o Combate aos Incêndios” e a de “Apoio à Implementação do Uso Público”. No ano de 2012, um dos voluntários iniciou um diálogo com a gestão do parque com o intuito de oficializar as travessias como mais um atrativo do PARNA Cipó. A partir desta iniciativa surgiu o Projeto Travessia como uma parte da linha temática de “Apoio à Implementação do Uso Público”.

As trilhas de longa duração, também chamadas de travessias, são consideradas como uma modalidade de turismo de aventura, por apresentarem características de transpor desafios e chegar a locais cada vez mais ermos e de difícil acesso (FERREIRA, 2007). Portanto, o Projeto Travessia espera atrair um novo perfil de público para o PARNA Cipó, diferente dos atuais visitantes da unidade. Essa diversificação é vista como benéfica para os objetivos do parque porque aumenta o número de visitantes gerando mais recursos para o entorno e também porque esse novo perfil de público tende a se interessar mais por conhecer, aprender e valorizar o meio que os cercam, tanto natural quanto cultural.

Inicialmente a proposta de travessia seria uma trilha partindo da Portaria Areias em direção ao cânion das Bandeirinhas, de onde subiria a serra em direção à cachoeira das Braúnas. A partir da cachoeira a trilha seguia na direção do Tatinha de onde seguiria para o norte pela Serra da Bandeirinha terminando o trajeto na Portaria do Retiro (Figura 7). Entretanto, devido a incompatibilidades nesta proposta de traçado com o plano de manejo da unidade, ela não se desenvolveu. Neste ponto, o interesse e o envolvimento dos voluntários na abertura das trilhas de longa duração no PARNA Cipó já eram grandes e a coordenação do projeto optou por fazer algumas alterações no traçado a fim de viabilizá-lo. Foi quando se vislumbrou a oportunidade de estabelecer uma grande trilha atravessando grande parte da unidade e também que tivesse a possibilidade de interligação com várias comunidades localizadas próximas ao parque.

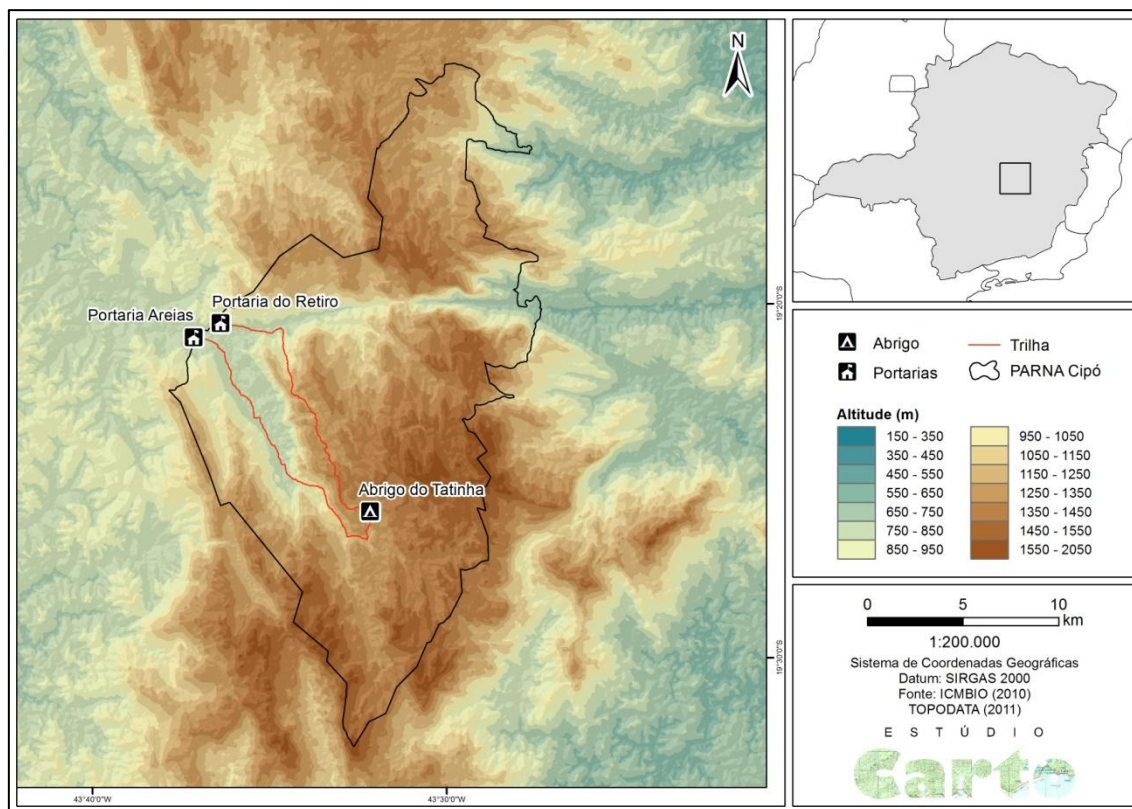


Figura 7: Mapa da proposta inicial de trilha de longa duração no PARNA Cipó

Na proposta atual, estas comunidades, juntamente com as portarias do parque, abrigarão os chamados Portais, que funcionarão como uma porta de entrada para a realização das travessias. A coordenação do projeto, junto ao conselho consultivo do PARNA Cipó, iniciou o diálogo com lideranças dessas comunidades. Assim sendo, ficou determinado que a partir do interesse das próprias comunidades em se abrir para receber esse tipo de visitante é que as trilhas vão sendo abertas ao público. O Projeto Travessia propõe a abertura de oito Portais, que são: as duas portarias do PARNA Cipó,

Areias e Retiro, a sede do Alto Palácio e as localidades de Cabeça de Boi, Serra dos Alves, Montes Claros, Altamira e São José da Serra. A primeira localidade a se organizar e manifestar o interesse em se abrir e se preparar para receber esse tipo de visitação foi a comunidade de Serra dos Alves, no município de Itabira, e atualmente, com exceção das portarias e da sede do Alto Palácio, é o único portal aberto ao público, ainda que em caráter experimental.

Mais do que uma porta de entrada contendo informações e controles de entrada e saída para a travessia, os Portais podem funcionar como uma estrutura de ordenamento turístico nas comunidades. Para que isso se torne uma realidade, espera-se que os Portais possam informar os visitantes sobre os meios de hospedagem, alimentação e transporte das comunidades em que estão inseridos, além de divulgar informações sobre os atrativos locais, tanto dentro quanto fora do PARNA Cipó. Ademais, os Portais também devem comunicar os visitantes sobre as normas de conduta dentro de uma unidade de conservação e dentro da própria comunidade, esclarecendo sobre os costumes locais. Os Portais também podem funcionar como um espaço cultural, divulgando fotos, produtos locais, artesanatos e receber mostras culturais e tradicionais da região.

A abertura dos Portais depende do interesse da própria comunidade em receber os visitantes e as discussões para a abertura envolvem os representantes das comunidades, executivos das prefeituras municipais, membros dos Conselhos Consultivos do PARNA Cipó e da APA Morro da Pedreira e os gestores do ICMBio. Nestas discussões são levantadas as demandas dos moradores para que a chegada dos visitantes não seja muito impactante na comunidade, e, para isso, são discutidas as estruturas de atendimento aos turistas presentes na comunidade, como meios de hospedagem, alimentação e transporte, além de questões relativas aos impactos indiretos desta visitação, como a questão da produção de lixo, por exemplo. O único portal fora dos limites do PARNA Cipó aberto atualmente é o de Serra dos Alves, que funciona em um espaço cedido pela prefeitura de Itabira, uma escola desativada.

Atualmente, o único trecho da travessia aberto ao público é da sede Alto Palácio à Serra dos Alves, entretanto, a proposta atual do Projeto Travessia consiste em um eixo central, chamado de Trilha Mãe, que liga a sede do Alto Palácio com a Portaria Areias. Esta trilha corta o PARNA Cipó no sentido aproximado noroeste-sudeste até a altura dos Currais, de onde segue no sentido leste-oeste até a serra da Lagoa Dourada, seguindo, a partir dali, para o norte em direção à Portaria Areias, formando uma espécie

de “anzol”. Saindo da Trilha Mãe, existem trilhas que partem em direção aos Portais nas localidades adjacentes ao parque, e, internamente ao “anzol”, três trilhas secundárias compõem o complexo de trilhas do projeto (Figura 8). Diferente de grande parte das travessias encontradas no Brasil, que possuem apenas dois pontos de entrada/saída e a única variante é o sentido em que a trilha será feita, a configuração de trilhas do Projeto Travessia permitirá, quando concluído o projeto, uma infinidade de possibilidades de rotas, cabendo ao visitante escolher por onde iniciar e onde terminar sua travessia.

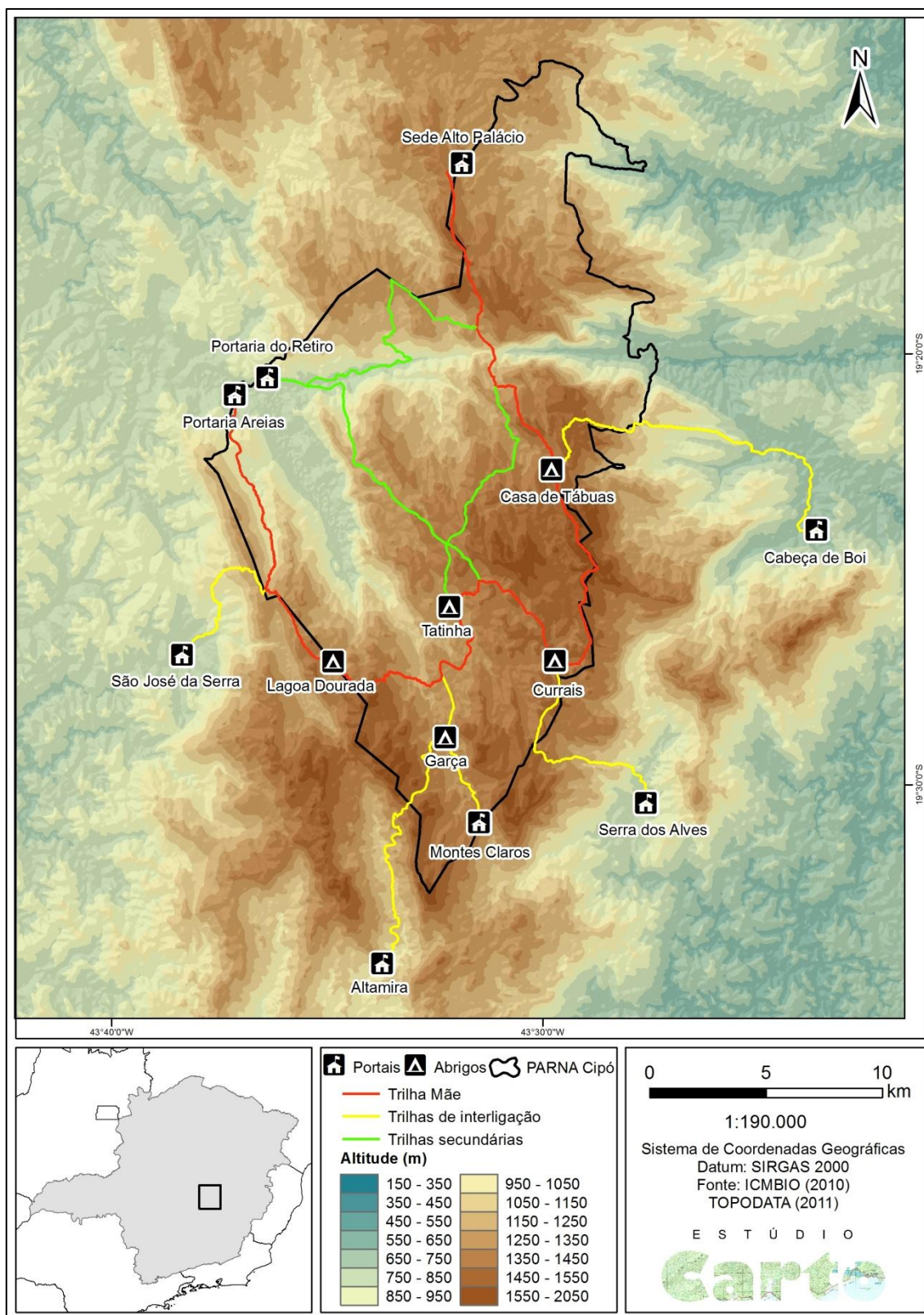


Figura 8: Mapa da proposta atual do Projeto Travessia do PARNA Cipó

A definição do traçado destas trilhas segue o plano de manejo do PARNA Cipó dando prioridade para as antigas trilhas já existentes e evitando as áreas consideradas intangíveis no zoneamento da unidade. O trabalho de escolha das trilhas é realizado

pelos voluntários do projeto, com base em antigos mapas e no conhecimento prévio da região. Após este primeiro momento a equipe do projeto organiza trabalhos de campo para validar o traçado previamente discutido e realizar os ajustes necessários. Posteriormente aos ajustes, os traçados são atualizados para que possam ser disponibilizados em formato digital para que os visitantes que desejam realizar a travessia possam utilizá-los em aparelhos GPS. Enquanto em fase piloto, as trilhas ainda não possuem sinalização, de forma que as maneiras mais seguras para realizar alguma travessia no PARNA Cipó atualmente são com o uso de aparelhos GPS ou a contratação de um guia.

A definição de um sistema de sinalização para o Projeto Travessia foi um desafio à parte para a equipe de voluntários do projeto. Devido à infinidade de possibilidades de rotas, escolher um sistema simples que pudesse abarcar todas as alternativas de travessias exigiu um grande empenho da equipe. Para cumprir esta tarefa a gestão do ICMBio junto com alguns voluntários do projeto organizaram uma oficina realizada nos dias 10 e 11 de setembro de 2016, onde participaram os voluntários do projeto, membros da brigada de incêndio do PARNA Cipó, funcionários do ICMBio, representantes das comunidades do entorno da unidade, representantes dos parques estaduais da Serra do Intendente e do Limoeiro e membros da Associação dos Condutores e Visitantes da Serra do Cipó, totalizando 33 participantes. Os participantes da oficina foram divididos em quatro grupos que teriam a missão de elaborar uma proposta de sistema de sinalização eficiente para o Projeto Travessia. Ao término da oficina, cada grupo apresentou sua proposta e, foi formado um grupo oficial responsável por consolidar as propostas dos grupos e elaborar uma proposta final eficiente que adotasse as características mais ressaltadas.

O grupo responsável pela consolidação do sistema de sinalização trabalhou durante aproximadamente dois meses e apresentou os resultados em outra oficina onde os participantes sabatinaram a proposta a fim de descobrir possíveis falhas no sistema. Após a conclusão, ficou definido o sistema de sinalização a ser adotado pelo Projeto Travessia do PARNA Cipó. A proposta escolhida é baseada em um sistema de cores, marcos e códigos alfanuméricos. Sendo assim, a sinalização será composta de três cores: uma para a Trilha Mãe, uma para as trilhas que seguem em direção aos Portais e outra para as trilhas secundárias. Além das cores, serão instalados marcos em pontos relevantes das trilhas com um código, baseado no nome do trecho e em sua localização, para indicar em qual trecho da trilha o visitante se encontra. Com este sistema fica

necessário que o visitante tenha um material de apoio, que será divulgado em formato digital aos participantes na forma de um mapa com a indicação das cores e a localização de cada marco.

A enorme possibilidade de rotas distintas mencionada anteriormente é limitada pelos pontos onde serão realizados os pernoites. São cinco locais onde é permitido o acampamento no PARNA Cipó durante a realização das travessias, quais sejam, o abrigo da Casa de Tábuas, o abrigo dos Currais, o abrigo do Garça e os abrigos selvagens do Tatinha e da Lagoa Dourada. O número de pessoas permitidas por noite em cada abrigo é limitado, portanto, a rota a ser realizada pelos visitantes fica restrita à disponibilidade de vagas no abrigo.

Os abrigos têm a função de garantir maior segurança aos visitantes em casos de mudanças climáticas bruscas e emergências, além de melhorar a conservação sanitária nos locais onde o pernoite é permitido no PARNA Cipó e também oferecer maior conforto no preparo das refeições. É importante ressaltar que os abrigos não têm a função de acomodar os visitantes no pernoite, visto que a ideia é que eles funcionem como uma casa de apoio enquanto os visitantes acampam. Todavia, alguns abrigos, como é o caso da Casa de Tábuas, dos Currais e do Garça, possuem estrutura física que comporta determinado número de pessoas dormindo em seu interior e, por isso, nestes casos esta funcionalidade fica mantida. Os demais abrigos, do Tatinha e da Lagoa Dourada, não possuem uma estrutura física, mas o projeto prevê a construção de uma estrutura simples utilizando, de preferência, materiais do local para melhor atender às demandas dos visitantes em travessia. Além destes usos, os abrigos também vão funcionar como bases avançadas para os brigadistas em casos de incêndios no PARNA Cipó.

Na proposta atual do Projeto Travessia são aproximadamente 160 km de trilhas, divididos em 62 km de trilhas na chamada Trilha Mãe, cerca de 58 km de trilhas que ligam a Trilha Mãe aos Portais e aproximadamente 40 km de trilhas secundárias. Em sua maioria foram aproveitadas antigas trilhas usadas historicamente pelos moradores da região e traços destes usos históricos podem ser observados durante a realização da travessia.

Os resquícios dos elementos históricos advindos dos moradores antigos da região podem ser observados em diferentes pontos da travessia. Iniciando a Trilha Mãe pela sede do Alto Palácio, o ponto de pernoite mais próximo é o abrigo da Casa de Tábuas. Neste trecho o visitante tem a oportunidade de testemunhar alguns elementos

históricos da região e ainda pode contemplar um dos mais belos atrativos do PARNA Cipó, o Travessão. O próprio ponto de partida deste trecho, a sede do Alto Palácio, foi a primeira infraestrutura edificada do PARNA Cipó, inaugurada no mesmo ano da criação da unidade, em 1984, e durante os primeiros anos esta estrutura funcionou como a sede administrativa da unidade. Assim como o ponto de partida deste trecho, o ponto final também possui uma história interessante. A Casa de Tábuas é uma construção que servia de rancho de apoio aos moradores que atravessavam os caminhos no alto da serra e sua construção é anterior à criação do parque. A localização original da Casa de Tábuas é diferente da atual, isto porque em 2008 a gestão do PARNA Cipó desmontou a casa e a reposicionou em um local com melhor acesso à água. Vale ressaltar também a atenção da gestão neste processo de transporte da casa, visto que, as tábuas que formam suas paredes e telhado foram mantidas na mesma ordem da original preservando, assim, as antigas inscrições feitas pelos usuários do antigo rancho ilesas.

Além destes traços da ocupação recente da região, pode-se observar também, a cerca de 8 km da sede do Alto Palácio, marcas da ocupação dos antigos habitantes da região na forma de pinturas rupestres em um pequeno afloramento de quartzito representando alguns cervídeos. Ademais, o último ponto referido aos resquícios históricos que gostaríamos de chamar atenção neste trecho é o Travessão, um dos atrativos mais belos do PARNA Cipó e que exercia uma função muito importante na época em que as tropas de mulas circulavam pela região. Isto porque o Travessão é o único ponto onde é possível atravessar essa porção da serra no sentido norte-sul sem descer ou subir desfiladeiros, característica esta que deu nome ao atrativo.

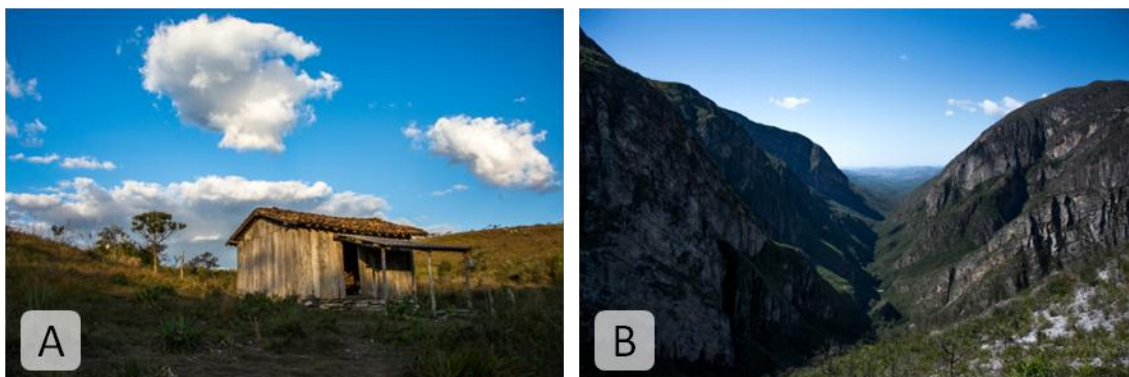


Figura 9: Abrigo da Casa de Tábuas (A) e Vista parcial do Travessão (B). Foto: Marcelo Kelles

De volta à Trilha Mãe, partindo da Casa de Tábuas o visitante segue na direção do abrigo dos Currais. Este é um dos trechos mais bonitos da travessia e por onde o visitante atinge as maiores altitudes de toda a trilha. No caminho é possível observar

inúmeras velózias gigantes (*Vellozia gigantea*), espécie inclusive registrada nos transectos dos naturalistas Spix & Martius conforme apresentamos no tópico anterior (GONTIJO, 2003). Esta espécie é endêmica da região e chama a atenção dos visitantes por se tratar de um tipo de canela-de-ema com exemplares de até 6 metros de altura. O abrigo dos Currais também se trata de uma construção anterior à criação do PARNA Cipó - era uma casa que servia de apoio para os criadores de gado que utilizavam o alto da serra como pastagem de inverno e, de acordo com o Sr. Geraldinho, morador de Serra dos Alves, em conversa informal, o abrigo dos Currais também era utilizado como um ponto de encontro de tropas de mulas onde eram realizadas trocas de mercadorias.



Figura 10: Abrigo dos Currais na Travessia inaugural do Projeto Piloto (A) e espécime de *Vellozia gigantea* no trecho entre a Casa de Tábuas e os Currais (B). Foto: Rafael Sanchez

O trecho seguinte da Trilha Mãe liga o abrigo dos Currais ao abrigo selvagem do Tatinha. Saindo do abrigo dos Currais, o visitante passa por um pequeno trecho da chamada Trilha das Bandeirinhas, que é uma antiga rota de ligação entre as vertentes leste e oeste da serra e que era muito utilizada pelos moradores da região homônima na realização de trocas comerciais entre as localidades dos dois lados da serra. Após este pequeno trecho na Trilha das Bandeirinhas o visitante segue em outra trilha para alcançar o local do abrigo do Tatinha. Neste caminho é possível observar o local onde vivia um antigo morador da região, o Juventino, cuja casa já abandonada, foi destruída recentemente em um incêndio que atingiu a região.

O abrigo selvagem do Tatinha, diferente dos outros dois abrigos anteriores, não possui uma infraestrutura física, mas em todo seu entorno é possível observar indicadores de uma ocupação pretérita da região, como coqueiros e mangueiras⁵. O abrigo selvagem trata-se de uma área plana coberta por vegetação rasteira onde os visitantes podem acampar.

⁵ Estas são duas espécies que não ocorrem de maneira natural na região, mas são comumente encontradas próximas de residências da região, indicando antigos locais habitados.



Figura 11: Ruínas da casa do Juventino (A) e abrigo selvagem do Tatinha (B). Foto: Pedro Mota (A) e Thiago Carvalho (B)

A partir do ponto anterior, continuando na Trilha Mãe o próximo trecho da travessia liga os abrigos selvagens do Tatinha e da Lagoa Dourada. Entretanto, com um pequeno desvio da trilha o visitante pode alcançar a cachoeira das Braúnas, umas das mais bonitas do PARNA Cipó e mais distante das portarias, sendo a travessia umas das melhores oportunidades para se conhecê-la. Ademais, voltando para o caminho da Trilha Mãe, seguindo para o abrigo selvagem da Lagoa Dourada, a trilha atravessa o ribeirão Bandeirinha próximo aos alicerces de uma antiga ponte construída por antigos moradores que extraíam madeira em matas próximas. Assim como o abrigo do Tatinha, o abrigo da Lagoa Dourada também não possui infraestrutura, sendo apenas uma área plana com pouca vegetação, onde é permitido aos visitantes acampar durante a travessia.



Figura 12: Cachoeira das Braúnas (A) e vista dos alicerces da antiga ponte sobre o ribeirão Bandeirinha (B). Foto: Marcelo Kelles (A) e Humberto Honda (B)

A partir do abrigo da Lagoa Dourada, inicia-se o último trecho da Trilha Mãe, que liga o referido abrigo à portaria Areias. Este trecho é repleto de atrativos naturais, como o vale da Lagoa Dourada que recebe este nome devido à coloração do capim encontrado no vale em determinada época do ano que o faz parecer com um grande lago dourado. Próximo ao vale, saindo um pouco da Trilha Mãe existe uma bela cachoeira e um imponente cânion formado pelo rio Jabuticatubas. Seguindo na direção da portaria

Areias a trilha também passa próximo à cachoeira do Capão dos Palmitos, já bem próximo à portaria, onde a travessia se encerra.



Figura 13: Vista do vale da Lagoa Dourada (A) e cachoeira da Lagoa Dourada (B). Foto: Heitor Motta

De maneira geral, além dos pontos ressaltados anteriormente, por toda a travessia é possível observar outros aspectos interessantes da paisagem. Em termos de vegetação, grande parte das trilhas passa pelos campos rupestres, que são a fitofisionomia mais presente no PARNA Cipó, correspondendo a 84% do seu território (ICMBIO, 2009). A diversidade dos campos rupestres chama a atenção de naturalistas e pesquisadores desde o século XIX e o número de espécies endêmicas é surpreendente, sendo que a proteção de toda esta riqueza foi um dos motivos da criação do PARNA Cipó.

Conforme apresentamos no primeiro capítulo, a Serra do Cipó está localizada em um dos pontos em que a Serra do Espinhaço é mais estreita no sentido leste-oeste e, conseqüentemente, onde os biomas da Mata Atlântica e do Cerrado se encontram mais próximos. Esta proximidade pode ser observada durante a travessia - partindo da sede do Alto Palácio até o abrigo dos Currais, a trilha passa pela porção leste do PARNA Cipó, onde são visíveis grandes porções de mata estacional semidecidual. A partir dos currais a trilha segue para o oeste, onde estes bolsões de mata vão se tornando menos frequentes, ficando restritos apenas ao longo de cursos d'água, além disso, na porção mais oeste do parque as fisionomias do cerrado vão ficando mais evidentes.

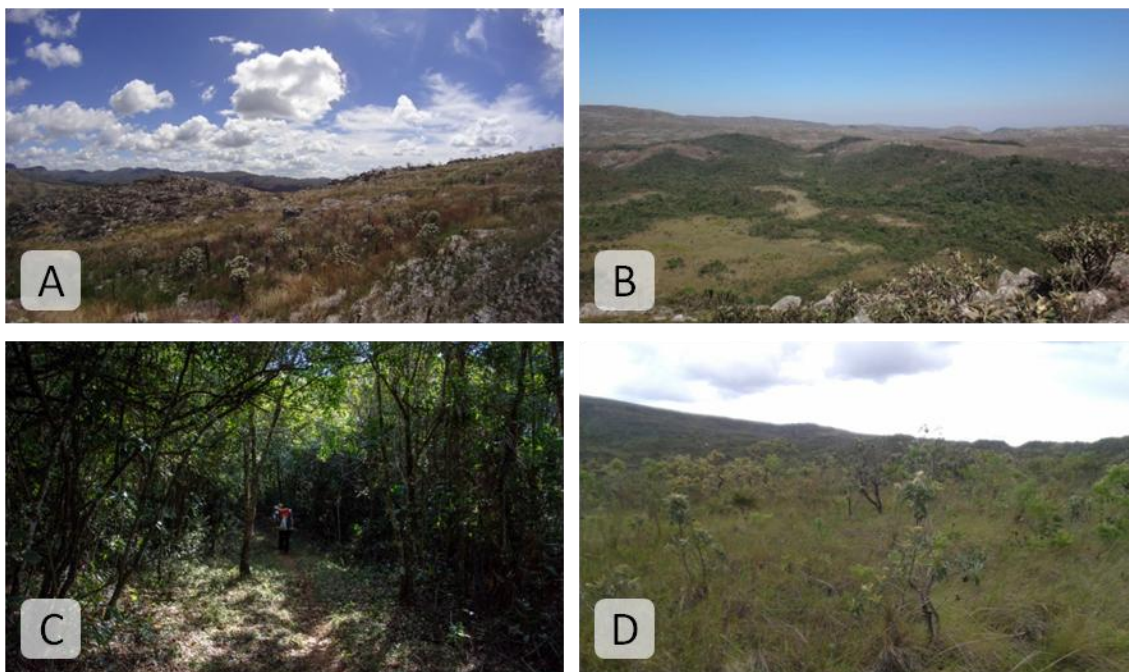


Figura 14: Campos rupestres nas proximidades do abrigo Tatinha (A); bolsões de mata vistos do trecho entre a Casa de Tábuas e os Currais (B); trecho no interior de um destes bolsões de mata próximo aos Currais (C); vegetação típica de cerrado na Trilha das Bandeirinhas (D). Foto: Thiago Carvalho (A), Rafael Sanchez (B), Marcelo Kelles (C) e Pedro Mota (D)

O planejamento da equipe de coordenação do Projeto Travessia é para que as trilhas sejam abertas ao público a partir da abertura dos Portais, ainda que na forma de projeto piloto, como ocorre com o trecho Alto Palácio x Serra dos Alves. Durante o projeto piloto os ajustes necessários para a abertura oficial das travessias como um atrativo turístico vão sendo realizados e a equipe do projeto espera que, até o ano de 2020, as travessias possam ser oficialmente abertas e divulgadas como mais um atrativo turístico do PARNA Cipó.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.

No desenvolver deste trabalho buscamos analisar como as trilhas da Serra do Cipó foram utilizadas ao longo do tempo e quais implicações a este uso a criação de uma UC de proteção integral na região trouxe. Para realizarmos isto buscamos na revisão bibliográfica traços dos usos históricos destas trilhas na região e, procuramos através do estudo de caso do Projeto Travessia, entender como a gestão do PARNA Cipó espera que as trilhas sejam utilizadas em um futuro próximo.

Ao avaliar a forma como as UCs eram criadas no Brasil, adotando um modelo excludente, que desconsidera os habitantes locais e seus meios de vida, consideramos que a criação do PARNA Cipó na década de 1980 não foi diferente, gerando diversos conflitos com os antigos moradores. No entanto, no que tange o uso das trilhas a situação não se alterou por muitos anos, devido à carência de pessoal e de infraestrutura da unidade em seus primeiros anos. Essa situação só veio a se alterar em meados da década de 1990, quando a unidade começou a estruturar a visitação em seu interior, ainda que de forma limitada, e seguiu com poucas alterações até o lançamento do plano de manejo do PARNA Cipó em 2009, sendo a principal alteração neste período a retirada do gado no alto da serra em 2004 (ICMBIO, 2009).

A criação de áreas protegidas nestes moldes pressupõe uma natureza intocada a ser mantida isolada das ações antrópicas, tidas como degradadoras, entretanto, o próprio zoneamento do PARNA Cipó reconhece que a maior parte do seu território sofreu intervenções humanas, mesmo que pequenas, sendo considerada no plano de manejo como Zona Primitiva, enquanto que as antigas trilhas são consideradas como Zonas de Uso Extensivo, áreas que apresentam maiores intervenções antrópicas (ICMBIO, 2009). Esta forma de organização do território mostra uma postura menos contraditória entre a ideia de criação de UCs de proteção integral e a realidade das áreas naturais brasileiras. Neste contexto, a própria gestão compreende o histórico da diversidade de usos que seu território tentando aliar estes com os objetivos de conservação e uso público previstos na legislação.

Consideramos também, que a questão do uso público em UCs tem um enorme valor para a própria conservação da área, pois é o uso público que permite à população conhecer e entender a importância de se manter determinada área sob um regime especial de gestão. No caso do PARNA Cipó, entendemos que o uso público ganha ainda mais importância, uma vez que foi através desta atividade que surgiu o

engajamento dos voluntários do Projeto Travessia, e sem o enorme interesse, participação e dedicação destes voluntários, dificilmente as trilhas de longa duração do PARNA Cipó seriam abertas como um atrativo turístico, visto que grande parte das UCs do Brasil sofre com uma espantosa falta de recursos e funcionários.

Além disto, a maior circulação de pessoas nas áreas remotas do parque pode auxiliar no repasse de informações sobre o acesso de pessoas não autorizadas e sobre as condições destas áreas para a gestão. Para as comunidades do entorno, a abertura das trilhas de longa duração como um atrativo turístico do PARNA Cipó tende a atrair mais turistas para a região e, principalmente, para as comunidades da vertente leste da serra, que não recebem a mesma atenção turística que a vertente oeste. Ademais, vários moradores da região têm participado das atividades do Projeto Travessia, e a abertura deste novo atrativo pode atrair novos clientes, principalmente para os guias locais.

Através de tudo que foi analisado ao longo desta pesquisa percebemos que a gestão do PARNA Cipó atualmente apresenta um novo olhar para as trilhas e seu uso público, que pode ser ilustrado pela criação do Projeto Travessia, representando um diálogo entre a gestão, os usuários da UC e a comunidade do entorno. Por fim, consideramos que o Projeto Travessia pode trazer benefícios para as comunidades do entorno do PARNA Cipó, trazendo mais turistas para a região, e para a própria UC, na medida em que a diversificação do perfil do visitante que o projeto pretende atingir tende a atrair um público mais atento aos impactos que a visitação pode causar.

7 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRAGA, S. S.; et al. Aplicação da análise complexa em estudos geográficos: Proposta de regionalização da Serra do Cipó. *Revista Espinhaço*, v. 4, p. 43-57, 2015.

CORDEIRO, Filipe. *O tropeiro como propagador cultural e mola mestra da cultura cafeeira no século XIX*. *Histórica* (São Paulo. Online), v. 41, p. 1-8, 2010.

DIEGUES, A. C. S. *O Mito Moderno da Natureza Intocada*. São Paulo: HUCITEC / NUPAUB-USP, 3.ed, 2001.

DRUMMOND, J. A. et al. Uma análise sobre a história e a situação das unidades de conservação no Brasil. In: GANEM, R. S. (Org.) *Conservação da Biodiversidade: Legislação e Políticas Públicas*. Brasília: Edições Câmara, 2010.

FENNELL, D. A. *Ecoturismo: uma introdução*. São Paulo: Contexto, 2002.

FERREIRA, R. *TREKKING – Da Aventura à Possibilidade de Desenvolvimento do ECOTURISMO – Um olhar sobre duas travessias na Serra do Cipó*. Monografia de Graduação. Turismo/UFMG. 2007.

FERREIRA, R. *A Serra do Cipó e seus Vetores de Penetração Turística – Um olhar sobre as transformações socioambientais*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Geografia/UFMG, 2010.

FERREIRA, R.; GONTIJO, B. M. *Atravessando a Serra do Cipó. Serra do Cipó sempre viva*. Pedro Leopoldo: Gráfica Editora Tavares, 2008.

FONTOURA, L. M. *Uso público e conservação da biodiversidade em parques nacionais do Brasil e Estados Unidos*. (Tese de Doutorado). Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2014.

GONTIJO, B. M. *A ilusão do ecoturismo na Serra do Cipó/MG: o caso de Lapinha*. (Tese de Doutorado). Universidade de Brasília, 2003.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e estatística. *Cidades IBGE*. [online] Disponível na internet via WWW URL:

<http://cidades.ibge.gov.br/v3/cidades/municipio/3159001>. Arquivo consultado em 06 de Dezembro de 2016.

ICMBIO. Plano de Manejo do Parque Nacional da Serra do Cipó e Área de Proteção Ambiental Morro da Pedreira: encartes 1, 2 e 3, 2009.

LEUZINGER, M. D. *Uso público em Unidades de Conservação*. In: Congresso de Direito Ambiental da PUC-RJ, Rio de Janeiro, 2010.

MAGALHÃES, C. M. *Na rota dos caminhos da estrada real e dos tropeiros*. Cadernos de Pesquisa do CDHIS (UFU), v. 36/37, p. 111-117, 2008.

MEDEIROS, R. Evolução das tipologias e categorias de áreas protegidas no Brasil. *Ambiente & Sociedade*, v. IX, n.1, jan./jun. 2006.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. *Diretrizes para Visitação em Unidades de Conservação*, Brasília, 2006.

NAZARETH, O. A Serra e o homem. Com o tempo mudam. *Serra do Cipó*. Rio de Janeiro: Doiis, 2005.

RODRIGUES, C. G. O. *O uso do público nos Parques Nacionais: a relação entre as esferas pública e privada na apropriação da biodiversidade*. (Tese de Doutorado). Universidade de Brasília, 2009.

SAADI, A. *A geomorfologia da Serra do Espinhaço em Minas Gerais e de suas margens*. Geonomos, Belo Horizonte, v. 3, n. 1, p. 41-63, 1995.

SANCHO, A. *Des-ordenamento Territorial e Unidades de Conservação*. (Tese de Doutorado). Universidade Federal de Minas Gerais, 2016.

SANTOS, C. G. *Educação Ambiental e ecologismo nas trilhas das caminhadas ecológicas*. (Dissertação de mestrado). Universidade Federal Fluminense, 2007.

THOMAS, K. *O Homem e o Mundo Natural: mudanças de atitude em relação às plantas e aos animais, 1500-1800*. São Paulo: Cia das Letras, 1988.

TRUOCCHIO, A. S. *Identidades urbanas em mutação nos caminhos do Bom Jesus: uma análise das interações culturais na festa do Jubileu do Senhor Bom Jesus do*

Matosinhos em Conceição do Mato Dentro. Cadernos de Geografia, v. 15, n.25, p. 115-120, 2005.

WEARING, S; NEIL. J. *Ecoturismo: impactos, potencialidades e possibilidades*. Barueri, SP. Manole, 2001.

Legislações

BRASIL. Lei Nº 9.985, de 18 de julho de 2000. Institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação e dá outras providências. Brasília, 18 jul. 2000.

BRASIL. Decreto Nº 4.519, de 13 de dezembro de 2002. Dispõe sobre o serviço voluntário em unidades de conservação federais, e dá outras providências. Brasília, 13 dez. 2002.

BRASIL. Portaria Ministério do Meio Ambiente Nº 19, de 21 de janeiro de 2005. Dispõe sobre a criação do Programa de Voluntariado em Unidades de Conservação. Brasília, 21 jan. 2005.

BRASIL. Instrução Normativa ICMBio Nº 03, de 10 de maio de 2016. Dispõe sobre o Programa de Voluntariado no âmbito do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (Processo nº 02070.001707/2016-19). Brasília, 10 mai. 2016.

MINAS GERAIS. Lei 13.173, de 20 de janeiro de 1999. Dispõe sobre o Programa de Incentivo ao Desenvolvimento do Potencial Turístico da Estrada Real. Diário Oficial do Estado de Minas Gerais, Belo Horizonte, 21 de jan. 1999.